



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais - FAJS

ANA BADRA DE FARIA

OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA PALESTINA

Brasília

2014

ANA BADRA DE FARIA

OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA PALESTINA

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Direito do Centro Universitário de Brasília

Orientadora: Aline Albuquerque Sant'Anna de
Oliveira

Brasília

2014

ANA BADRA DE FARIA

OS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA PALESTINA
e o Comitê para os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de bacharelado em
Direito do Centro Universitário de Brasília

Orientadora: Aline Albuquerque Sant'Anna de
Oliveira

Brasília, 04 de Abril de 2014

Banca examinadora:

Profa. Dra. Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira.

Profa. Me. Aléssia Barroso Lima Brito Campos

Profa. Dra. Luciana Barbosa Musse

AGRADECIMENTO

Agradeço a professora Aline, pela paciência e carinho (e por não me olhar feio quando invento crase em lugar errado).

A minha mãe, que sempre fez tudo por mim. Sem ela eu não seria metade do que sou. Não existe ninguém no mundo que eu admire mais e até hoje eu espero que quando eu crescer, eu seja como ela.

Ao meu pai, que se eu não falar dele também, vai rolar um ciúme. Pensando bem, melhor agradecer a família inteira.

Ao Edoardo, meu parceiro, por acreditar em mim quando até eu duvidei, por segurar o stress e o mau humor que são filhos das monografias do mundo, por não sofrer (muito) quando eu não pude sair com ele, pois estava escrevendo isso aqui.

Ao Adilson, meu professor de redação da oitava série, que brigava comigo porque eu ficava escrevendo crônica em vez de dissertação e que eu tinha que ser mais séria. Espero que seus esforços não tenham sido em vão.

*“Já! Parem com essa briga, agora! Não
importa quem começou.”*

Mirtes Badra (e outras mães)

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo analisar a situação dos direitos humanos da criança no território ocupado da Palestina, com foco na aplicação de legislação internacional, por meio da Convenção sobre os Direitos da Criança e os relatórios do Comitê para os Direitos da Criança da ONU. Inicia-se com um estudo sobre a evolução da situação jurídica das crianças, com especial atenção às normas internacionais, incluindo uma análise da Convenção e do Comitê que ela criou, com base em doutrina e no texto dos próprios documentos internacionais. Em seguida, a partir da análise de livros e artigos de história, a um breve relato do histórico do conflito entre árabes e judeus, israelenses e palestinos, desde os primórdios do Reino de Israel até o final do primeiro ciclo de relatórios que Israel, signatário da Convenção, se comprometeu a enviar. Por fim, dedica-se ao exame de todos os documentos submetidos ao comitê no segundo ciclo de relatórios, terminado em junho de 2013, por ONGs e por Israel, além das conclusões do Comitê, que desaprova as persistentes e violentas violações de direitos humanos das crianças palestinas. Conclui-se que os direitos das crianças nos territórios ocupados são regularmente negados, e que o Comitê, apesar de aparentemente ineficiente, tem importante papel no exercício de pressão internacional sobre Israel.

Palavras-Chave: Direitos Humanos. Direitos da Criança. Direito Internacional. Israel. Palestina. ONU. Comitê para os Direitos da Criança. Convenção sobre os Direitos da Criança.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the situation regarding the human rights of children living in occupied Palestinian territory, with focus on application of international legislation, mainly the Convention on the Rights of the Child, and the findings of the UN Committee on the Rights of the Child. It starts with a research of doctrine and international documents on the evolution of the legal status of children, with emphasis on international Law, including an analysis of the Convention and the Committee it created. Then, consulting history books and articles, we go through the history of the conflict between Arabs and Jews, Palestinian and Israelis, since the founding of the Kingdom of Israel until the end of the first reporting cycle by Israel, State Party to the Convention, to the Committee. Finally, we have an exam of the second, most recent, reporting cycle, finished June 2013, and all documents in it, including those submitted by Israel and NGOs, besides the conclusions and questions of the Committee, which frowns upon Israel's violent and persistent violations of Palestinian children's right. It can be concluded that Israel constantly violates the human rights of Palestinian children in the occupied territory, and that the Committee, although apparently inefficient, plays an important role in the enforcement and application of international pressure on Israel.

Key words: Human Rights. Rights of the Child. International law. Israel. Palestine. UN. Committee on the Rights of the Child. Convention on the Rights of the Child.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – DIREITO DA CRIANÇA.....	3
1.1 – Evolução Histórica do reconhecimento da criança e da infância: de propriedade a sujeito de direito.....	3
1.2 – A Declaração Universal dos Direitos da Criança.	6
1.3 – Convenção sobre os Direitos da Criança	13
1.3. 1 – Sistema Universal de Direitos Humanos da ONU e o Comitê para os Direitos da Criança	18
CAPÍTULO 2 – UMA PEQUENA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONFLITOS NA REGIÃO DA PALESTINA	22
2.1 – Uma área disputada: constante mudança na dominação do território	22
2.1.1 – O Povo Hebreu e as Diásporas	22
2.1.2– A Islamização e o Império Otomano	25
2.2 – As Guerras Mundiais, o Mandato Britânico e o Sionismo.....	26
2.3 – A Criação do Estado de Israel.....	30
2.4 – Os conflitos Árabe-Israelenses desde 1947.....	31
2.4.1 – A Guerra de independência e o início da resistência Palestina	31
2.4.2 – Camp David.....	41
2.4.3 – A Guerra Civil no Líbano e a invasão de Israel	42
2.4.5 – A Primeira Intifada.....	46
2.4.6 – Os Acordos de Oslo.....	47
2.4.7 – A Segunda Intifada ou Intifada Al-Aqsa.....	49
CAPÍTULO 3 – A SITUAÇÃO ATUAL DAS CRIANÇAS NA REGIÃO DA PALESTINA/ISRAEL DE ACORDO COM O COMITÊ DA ONU PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA	52
3.1 – As informações prestadas nos ciclos II-IV: por Israel e pelas ONGs.....	53
3.2 – A Lista de Questões e a resposta de Israel	65
3.3 – As conclusões do Comitê para os Direitos da Criança	70
CONCLUSÃO.....	77
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXO A - Dominação do Oriente Médio através da História.....	95

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar a situação dos direitos humanos das crianças palestinas, sob a perspectiva do Comitê para os Direitos da Criança das Nações Unidas, criado pela Convenção Sobre os Direitos da Criança. Foi escolhido o foco na infância para ilustrar a importância da Convenção e as dificuldades da sua aplicação, principalmente em face da vulnerabilidade da criança, o que explicita o impacto real do conflito.

As desavenças que levaram até a criação do Estado de Israel, e os que se seguiram desde a sua declaração de Independência são, há quase 100 anos, motivo de instabilidade e guerras, de violações de direitos humanos e preocupação internacional. A história do povo judeu e do povo árabe, se entrelaça com vários aspectos da vida ocidental, não só pela formação das três maiores religiões monoteístas do mundo no mesmo disputado pedaço de terra sagrada. O assunto continua tão atual quanto aparentemente sem solução até hoje.

Junto ao desenrolar da história dos dois povos, há a transformação do reconhecimento da criança, internacionalmente, como pessoa em desenvolvimento, como sujeito de direitos. No primeiro capítulo, através de pesquisa bibliográfica e documental, é estudada a evolução histórica deste reconhecimento, com foco na Convenção sobre os Direitos Humanos da Criança, um dos mais bem sucedidos tratados da ONU, e o Comitê para os Direitos da Criança, criado pela convenção, que é agora parte do sistema internacional de proteção aos direitos humanos. As crianças, por vezes esquecidas pela política senão para exploração de sua imagem em tragédias diversas como meio de conseguir simpatia, passam cada vez mais a ter atenção da comunidade internacional, que se tornou ciente do papel que tem a criança como futuro do mundo e como queremos que ele seja. Assumem maior importância as políticas que buscam proteger os jovens dos conflitos políticos e preconceitos das gerações passadas, como forma de respeitar seus direitos e criar uma geração melhor, mais pacífica e feliz que a anterior, que cresça propagando os ideais de paz, liberdade e igualdade da ONU.

O segundo capítulo é um estudo sobre a história da Palestina e dos povos que a dominaram, com foco na trajetória dos árabes e dos hebreus, mais tarde conhecidos como judeus. De um lado, as migrações do povo semita, expulsos de

Palestina, e a perseguição que sofriam onde quer que fossem, queimados na inquisição, perseguidos na primeira guerra e sistematicamente eliminados na segunda, e os planos sionistas de dar terra a um povo sem lar. Do outro lado, a história dos árabes: cristãos e, em sua maioria, muçumanos, que nunca deixaram aquela terra, também vítimas de preconceito por parte dos Europeus, dominados por império atrás de império, estigmatizados como terroristas e retrógrados, lutando para finalmente conseguir soberania sobre si mesmos, suas terras ricas em petróleo e conflitos de poder entre eles e contra Israel e seu poderoso aliado, Estados Unidos.

Judeus e árabes são (apesar de considerados estrangeiros, e de certa forma até exóticos para os olhos ocidentais) uma parte importante de como o mundo é hoje, e seu impacto no quadro político e histórico atual, inegável. Num conflito entre dois lados com tão longa e sangrenta história era possível achar justificativas para a violência e paixão de ambos. Tantos anos de conflitos intensos depois, contudo, os excessos são cada vez mais difíceis de ocultar e ignorar, principalmente numa época pós-guerras mundiais em que se dá, ao menos em teoria, maior importância às relações diplomáticas.

A mistura destes dois cenários, a importância de garantir os direitos das crianças e os conflitos no Oriente Médio, é catastrófica - e é sobre os impactos desta mistura, aos olhos da ONU, da comunidade e das leis internacionais, que trata o terceiro capítulo. As fontes sobre o que acontece nos territórios ocupados e o que houve ao longo da história são inúmeras e frequentemente contraditórias, influência de um século de preconceitos e seus reflexos na educação em ambos os lados. Para tentar manter tanta imparcialidade quanto possível na análise de violações de direitos humanos, o terceiro capítulo busca se orientar pelas conclusões da ONU, através do Comitê para os Direitos da Criança, como mediadora internacional. Este capítulo analisa o mais recente relatório enviado por Israel ao Comitê, como manda a Convenção, além dos relatórios enviados por ONGs e as perguntas, conclusões e sugestões do Comitê.

CAPÍTULO 1 – DIREITO DA CRIANÇA

Neste primeiro capítulo vamos acompanhar a evolução histórica do tratamento dispensado às crianças, social e juridicamente, com ênfase nos direitos adquiridos com a Convenção e a Declaração dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas – ONU, de 1959 e 1989, respectivamente.

1.1 – Evolução Histórica do reconhecimento da criança e da infância: de propriedade a sujeito de direito.

O status moral e jurídico da criança percorreu um longo caminho histórico até a atualidade, ela passou de mera propriedade a objeto de direito e finalmente até sujeito de direito. Na Grécia, apesar das variações entre as Cidades-Estados, é razoável dizer que, de modo geral, as crianças com deficiências eram abandonadas ou assassinadas e que em torno dos 7¹ anos de idade, os meninos eram entregues aos cuidados dos Estados.² Seja para aprender filosofia em Atena ou combate em Esparta. Em Roma, a família era centrada no *pater familiae*, que tinha poder de vida ou morte sobre os membros da família. A idade não era significativa, mas sim ser, ou não, o *pater familiae*, detentor da autoridade como proprietário dos outros membros da família.³

Em Roma (449 a.C.), a Lei das XII Tábuas permitia ao pai matar o filho que nascesse disforme mediante o julgamento de cinco vizinhos (Tábua Quarta, nº 1), sendo que o pai tinha sobre os filhos nascidos de casamento legítimo o direito de vida e de morte e o poder de vendê-los (Tábua Quarta, nº 2). Na Grécia antiga, as crianças que nascessem com deficiência eram eliminadas nos Rochedos de Taigeto. Em Roma e na Grécia, a mulher e os filhos não possuíam

¹ Neil Postman, em seu livro “O desaparecimento da Infância,” da Ed.Graphia, que a criança era considerada adulta em torno dos 7 anos pois é nesta idade que se domina a linguagem. CF: POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro:Graphia, 1999. p. 28

² VILAS-BÔAS, Rentata Malta. *Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>. Acesso em 09 set 2013

³ VILAS-BÔAS, Rentata Malta. *Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>. Acesso em 09 set 2013

qualquer direito. O pai, o chefe de família, podia castigá-los, condená-los à prisão e até excluí-los da família.⁴

Posteriormente, os povos da antiguidade começaram a proteger mais os menores. Roma, inclusive, criou a diferenciação entre criança, púberes e impúberes.⁵ Crianças de 7 anos não podiam ser criminalmente responsabilizado por seus atos⁶ por se acreditar que eram incapazes de entender sua natureza, essa presunção era *iuris tantum* e não isentava a criança de ser punida pelo pai.⁷ O impúbere, entre 7 e 14, ainda não era considerado pleno e deveria ter um guardião (isso para os homens, as mulheres deveriam sempre ter um guardião).⁸ Mas este pequeno progresso foi arruinado com o declínio do Império Romano. Durante o tumultuado período que se seguiu, não havia nem mesmo as raízes da noção de infância que começara em Roma.⁹

Posteriormente, durante a Idade Média, o crescimento do cristianismo passou a influenciar diversos sistemas jurídicos. Apesar de o quarto mandamento sujeitar a criança aos pais, a Igreja Católica começou a ampliar a área de proteção aos menores, por exemplo, ao punir pais que abandonassem os filhos, mas isso era válido somente para as crianças concebidas no âmbito de um casamento católico, o que gerou discriminação contra quaisquer outras crianças, inclusive havendo diferenciação entre filhos considerados legítimos e ilegítimos.¹⁰ Havia ainda a percepção da criança como um adulto em miniatura. Assim que a criança era capaz

⁴AZANBUJA, Maria Regina. *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?*. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1022/802>>. Acesso em 09 set 2013.

⁵VILAS-BÔAS, Rentata Malta. *Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>. Acesso em 09 set 2013

⁶LEVINSON, David. *Encyclopedia of Crime and Punishment*. Nova York: Sage Publications, 2002. V. 1. P. 1757

⁷SIMS, Barbara. PRESTON, Pamela. *Handbook of Juvenile Justice: Theory and Practice*. Boca Raton: CRC Press, 2006. p. 6

⁸BETSWORTH, Sharon. *The Reign of God is Such as These: A Socio-Literary Analysis of Daughters in the Gospel of Mark*. Londres: Continuum, 2010

⁹POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. p. 24

¹⁰VILAS-BÔAS, Rentata Malta. *Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>. Acesso em 09 set 2013

de sobreviver sem constantes cuidados da mãe ou ama, ingressava na sociedade dos adultos como igual.¹¹

A noção da criança como propriedade dos pais perdurou por muito mais tempo, atravessou o período das grandes navegações e continuou até a Revolução Industrial, época em que o trabalho e exploração das crianças fez com que se notasse que as crianças possuíam necessidades especiais e aos poucos foi se formando a consciência de que precisavam de cuidados específicos.¹²

Na Inglaterra, em 1780, as crianças podiam ser condenadas à pena de enforcamento por mais de duzentos tipos penais. [...] Mary Ellen era uma menina órfã de mãe, abandonada pelo pai, que sofreu severos maus-tratos na família substituta. O fato causou profunda indignação na comunidade da época que percebeu não haver um local próprio destinado a receber este tipo de denúncia. Em razão disso, **o caso da menina Mary Ellen¹³ foi denunciado na Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra os Animais. Necessitou ser equiparada ao animal para que seu caso pudesse ser examinado pelo tribunal da época.** Pouco tempo depois, na Inglaterra, é fundada uma sociedade semelhante, voltada à proteção da criança.¹⁴(Grifo nosso)

O caso de Mary Ellen de 1873 expôs que a criança precisava de algum tipo de proteção, bem como a imperiosidade de haver alguma limitação do poder familiar.¹⁵ O caso estimulou a criação, em 1875 da Sociedade Nova Iorque de Prevenção da Crueldade contra Criança, a primeira sociedade voltada à proteção

¹¹ FONSECA, Antônio César Lima. *Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 2

¹² FONSECA, Antônio César Lima. *Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 3

¹³ Uma assistente social da igreja, Etta Wheeler, ao visitar uma família, encontrou Mary Ellen Wilson acorrentada, subnutrida, com sinais de maus tratos e doente. Não havia nenhuma lei que regulasse o exercício do poder familiar, então, para conseguir proteção à menina, ela foi comparada aos animais, sob o argumento que, contrapondo-se aos vegetais, a menina pertencia ao reino animal.

Cf: Gustavo Mônaco apud Geraldine van Bueren apud Jacob Dolinger. O Décimo-Quinto Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Contributo para o Aprofundamento e Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista dos Tribunais*. Ano 94. Janeiro de 2005. Volume 831. P. 133

Cf: BARNES, Brenda. *Mary Ellen Wilson - The Child Abuse Case that Changed America*. Yahoo-voices. Disponível em: < <http://voices.yahoo.com/mary-ellen-wilson-child-abuse-case-changed-11218204.html>>. Acesso em 10 set 13.

¹⁴ AZANBUJA, Maria Regina Fay. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Revista Virtual Textos & Contextos*, nº 5, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistasletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1022/802>>. Acesso em 0

¹⁵ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. p. 27

dos direitos das crianças que existe até hoje.¹⁶ A partir do século XVIII começou a surgir a noção de infância, sendo que até a Idade Média, não havia sequer tal conceito.¹⁷

Assim, somente no século XIX a criança passou a ser considerada como indivíduo.¹⁸ Em meados de 1920, no contexto internacional, houve um avanço na proteção das crianças. Em 1919, foi criado o Comitê de Proteção da Infância, que foi a primeira manifestação de direitos infanto-juvenis no âmbito do Direito Internacional. No mesmo ano, a OIT aprovou uma convenção limitando a idade mínima para trabalho na indústria. Em 1924, a Sociedade das Nações¹⁹ adota a Declaração dos Direitos da Criança de Genebra, que determinava sobre a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial, mas esta não era considerada sujeito de direito ainda.²⁰ Apesar disso e da falta de coercitividade, a Declaração de Genebra trouxe o conceito de “superior interesse da criança” que seria retomado mais tarde, com a Convenção das Nações Unidas de 1989.²¹ Em 1946, foi criada pela ONU a UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Surgiram também na ONU a Declaração (1959) e a Convenção (1989) dos Direitos da Criança, os quais serão adiante analisados.

1.2 – A Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Em 20 de Novembro de 1959, foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU, a Declaração Universal dos Direitos da Criança (DUDC). Esta Declaração tem muito em comum com a Declaração Universal dos Direitos

¹⁶ NYSPCC - New York Society for the Prevention of Cruelty to Children. Disponível em: <<http://www.nyspcc.org>>. Acesso em 27 out 2013.

¹⁷ FERRY, Luc. Entrevista à Veja, edição 2083. São Paulo: Abril, p 20, 22 out 2008.

¹⁸ JÚNIOR, João Paulo Roberti. Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. *Revista da Unifebe* (Online) 2012; 10(jan/jun):105-122. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>> Acesso em 09/09/2013.

¹⁹ Primeira grande associação internacional de países, fundada em 1920. Fracassou e foi substituída pela ONU

²⁰ MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. O Décimo-Quinto Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Contributo para o Aprofundamento e Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista dos Tribunais*. Ano 94. Janeiro de 2005. Volume 831. P. 133

²¹ ANDRADE, Anderson Pereira. A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000.

Humanos (DUDH), aprovada 10 anos antes, mas considerando “que a criança, em decorrência de sua imaturidade física e mental, precisa de proteção e cuidados especiais, inclusive proteção legal apropriada”²² achou-se adequado elaborar uma declaração específica para atender as necessidades da criança. A DUDC ampliou e atualizou a Declaração de Genebra, mas, assim como ela, não possuía garantias ou natureza coercitiva.²³ Consiste em 10 princípios que formam um padrão ao qual todas as nações, pessoas e organizações, devem aspirar a garantir. Seus princípios²⁴ são a seguir abordados:

Princípio 1 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança gozará todos os direitos enunciados nesta Declaração. Todas as crianças, absolutamente sem qualquer exceção, serão credoras destes direitos, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

Este princípio iguala crianças, assim como a DUDH²⁵ em seus artigos 1º e 7º garantem a igualdade entre todos os seres humanos. De extrema importância, o Princípio 1º define a ampla abrangência dos direitos da criança, visando impedir que ela sofra discriminação de qualquer ordem, em qualquer circunstância. Há aqui também o início da alteração do paradigma, ao colocar a criança como titular de direito, e não como objeto sobre o qual age o direito, como previa a Declaração de Genebra.²⁶

A mentalidade da época da Declaração de Genebra era a de que, em caso de maus-tratos, negligência, abandono ou violência, o Estado tem o dever de

²² Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos da Criança, disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP, <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Criança/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em 08 set 2013

²³ ANDRADE, Anderson Pereira. A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. p.11.

²⁴Disponível em: <http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf> Acesso em 08 set 2013.

²⁵Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>> Acesso em 08 set 2013

²⁶ MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. O Décimo-Quinto Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Contributo para o Aprofundamento e Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista dos Tribunais*. Ano 94. Janeiro de 2005. Volume 831. p. 134

intervir e proteger a criança.²⁷ Essa visão era correspondente à nossa antiga Teoria da Situação irregular do Código de Menores de 1927²⁸ e de 1979²⁹, pela qual o Estado só agiria se a criança estivesse em situação irregular, caso contrário, ela não seria alvo de políticas e programas estatais. Havia somente a intenção de resolver problemas imediatos (como a criança na rua, o menor infrator), não de implantar direitos.³⁰ Nessa fase havia intenção de proteger a criança, mas não era uma filosofia garantista. Não enunciava direitos, apenas ditava quando era necessária intervenção.³¹ A Declaração de Genebra, de 1923, é uma manifestação da teoria da situação irregular. Por exemplo, prevê:

4. A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança doente deve ser tratada; a criança deficiente deve ser auxiliada; a criança inadaptada deve ser reeducada; o órfão e o abandonado devem ser recolhidos.³²

Percebe-se claramente o interesse em proteger a criança, assim como sua posição passiva. Não se diz “A criança tem direito à saúde”, se diz “a criança doente deve ser tratada.”

No final do século XX, a criança deixou de ser objeto de proteção e conquistou o título de sujeito de direito.³³ A criança passa de coisa a ser protegida a humano com direitos, ela passa a ter valor como pessoa, como futuro da espécie e da sociedade. Mais ainda, a criança passa a ser reconhecida como pessoa em desenvolvimento, o que significa que tem necessidades especiais e são vulneráveis,

²⁷ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. p. 28-29

²⁸ BRASIL. Decreto Nº 17.943-A 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em 11 set 2013.

²⁹ BRASIL. Lei Nº 6.697 de 1979. Disponível em <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_feder al/LEI_6697_79.HTM>. Acesso em 11 set 2013

³⁰ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. P.28-29

³¹ AMIN, Andrea Rodrigues. *Curso de Direito da Criança e do Adolescente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007, p. 13.

³² Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <<http://cedic.iec.uminho.pt/legislacao/leis/declidircri1923.htm>>. Acesso em 11 set 2013

³³ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança* Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. (apud Azambuja et Mendez) p. 40.

e, portanto, fazem jus à **proteção integral** da família, da sociedade e do Estado.³⁴ A Doutrina da Proteção Integral é um conjunto de princípios e normas que pretende garantir as necessidades/bens básicos de todas as crianças, e não só das que estão em uma situação irregular.³⁵

A teoria de proteção integral parte da compreensão de que as normas que cuidam de crianças e de adolescentes devem concebê-los como cidadãos plenos, porém sujeitos à proteção prioritária, tendo em vista que são pessoas em desenvolvimento físico, psicológico e moral.³⁶

Apesar do flerte da Declaração com a Doutrina da Proteção Integral, suas raízes mais sólidas estão na posterior Convenção sobre os Direitos da Criança.³⁷

Princípio 2 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança gozará proteção social e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, de forma sadia e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na instituição das leis visando este objetivo levar-se-ão em conta sobretudo, os **melhores interesses** da criança.

O segundo princípio dá à criança uma proteção mais direcionada e específica, ao estabelecer que ela deve receber proteção social e legal de forma a garantir seu desenvolvimento sadio, em condições de liberdade e dignidade.

O melhor interesse da criança é um princípio basilar ainda hoje na sua proteção. Segundo este princípio, é dever dos Estados, em suas decisões que envolverem crianças, levar em consideração o que é melhor para elas, mesmo que isso seja divergente da sua vontade, dos pais ou de outros³⁸ O problema com este

³⁴ COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Natureza e implementação do novo Direito da Criança e do Adolescente*. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord). *Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90: estudos sócio-jurídicos*. Rio de Janeiro: Renovar, 1992, p. 19.

³⁵ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. p. 41, 42

³⁶ LUZ, Dr. Wirlande. *A doutrina da Proteção Integral à criança*. Disponível em: <http://www.crmrr.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21021:a-doutrina-de-protecao-integral-a-crianca&catid=46:artigos>. Acesso em 13 set 2013.

³⁷ MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. p. 46

³⁸ VILAS-BÔAS, Rentata Malta. *Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>. Acesso em 09 set 2013

princípio, ainda mais se aplicado ao mundo inteiro, é que a concepção de melhor interesse esbarra em discussões filosófico-culturais, e seu caráter extremamente subjetivo abre portas para interpretações distorcidas que, fundamentalmente, podem acabar prejudicando a criança.³⁹

Princípio 3 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

Desde o nascimento, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.

Este princípio, de acordo com o art. 15, §1º da DUDH, frisa a importância do direito a uma nacionalidade e a um nome. Assegurar estes aspectos é parte importante da garantia de dignidade da criança.

Estas questões existenciais fomentam e continuam a fomentar teorias filosóficas diferentes, tanto que a própria filosofia é definida como “estudo geral sobre a natureza de todas as coisas e suas relações entre si; os valores, o sentido, os fatos e *princípios gerais da existência*, bem como a conduta e destino do homem.”⁴⁰ O nome também tem importante papel na individualização do ser, por ser o elemento de identificação da pessoa na sociedade.⁴¹

Princípio 4 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança gozará os benefícios da previdência social. Terá direito a crescer e criar-se com saúde; para isto, tanto à criança como à mãe, serão proporcionados cuidados e proteções especiais, inclusive adequados cuidados pré e pós-natais. A criança terá direito a alimentação, recreação e assistência médica adequadas.

Este princípio busca garantir a saúde da criança, cujo corpo ainda está se formando. Nesta fase fundamental, danos à saúde podem ter impacto a longo prazo e alguns irreversíveis, daí a importância deste preceito. Nesse sentido, a própria

³⁹FREEMAN, Michael. *Article 3: The Best Interest of the Child*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2007. Disponível em < http://books.google.com.br/books?id=QQwTL6Jrd-gC&dq=FREEMAN,+Michael.+Article+3:+The+Best+Interest+of+the+Child.&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 04 abr 2014

⁴⁰Dicionário de Português Online Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=filosofia>> acesso em 08 set 13.

⁴¹SILVA, Aida Susmare. *Direitos da Personalidade – Direito à Identidade*: a autonomia jurídica sobre o direito ao nome, sob o viés constitucional civilista. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Direitos_da_personalidade.pdf>. Acesso em 13 set 2013.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu art. 25 prevê que “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.”⁴²

Princípio 5 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

Às crianças incapacitadas física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar.

Este item busca garantir a dignidade das crianças com deficiências, em promoção ativa da igualdade de oportunidades para o alcance de uma vida plena e saudável.

Princípio 6 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Criar-se-á, sempre que possível, aos cuidados e sob a responsabilidade dos pais e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material, salvo circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Este princípio visa garantir o convívio familiar e comunitário da criança. Digno de nota é o fato de não incluir o termo “biológica” adjetivando mãe, mas mencionar que a criança de tenra idade não será apartada da mãe. Isto dá liberdade à duas interpretações simultâneas: que a criança deve, sempre que possível, continuar com sua família biológica, mas que, não sendo possível, por qualquer motivo, deve ficar com família adotiva e, em último caso, aos cuidados do Estado.

Este princípio e o anterior, na sociedade ocidental atual parecem óbvios e naturais, mas a conhecida educação espartana, com crianças com deficiência sendo jogadas do monte Taigeto e as ‘saudáveis’ separadas da mãe com 7 anos para receber árduo treinamento militar⁴³ é prova de que, historicamente, revela-se uma conquista para a humanidade.

⁴² Declaração universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em 13 set 2013

⁴³ A Educação Espartana – Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/a-educacao-espartana.htm>>. Acesso em 08 set 13

Não é preciso, contudo, ir tão longe na história. Entre 1900 e 1980, crianças aborígenes⁴⁴ eram tiradas à força de suas famílias por colonos ingleses, que as mandavam para a Inglaterra, com o propósito de serem educadas de acordo com a cultura europeia.⁴⁵ Ou ainda durante o Holocausto, em que deficientes físicos e mentais, por serem considerados inúteis à sociedade e uma ameaça a superioridade ariana, eram sistematicamente exterminados.⁴⁶

Princípio 7 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se um membro útil da sociedade.

Os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais.

A criança terá ampla oportunidade para brincar e divertir-se, visando os propósitos mesmos da sua educação; a sociedade e as autoridades públicas empenhar-se-ão em promover o gozo deste direito.

Este princípio concorda com o anterior ao reconhecer os pais como os primeiros responsáveis pela formação da criança,⁴⁷ bem como realça a importância da educação formal, que deve proporcionar à criança a formação de um senso crítico e conhecimentos básicos sobre o que a cerca e seus direitos.

Princípio 8 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança figurará, em quaisquer circunstâncias, entre os primeiros a receber proteção e socorro.

Princípio 9 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança gozará de proteção contra quaisquer formas de negligência, crueldade e exploração. Não será jamais objeto de tráfico, sob qualquer forma.

⁴⁴Nativos Australianos

⁴⁵HANISCH, Marvin. *The Stolen Generations*. Munique: GRIN Verlag, 2011

⁴⁶O Extermínio dos Deficientes. Disponível em: <<http://www.usmmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007683>>. Acesso em 03 nov 2013

⁴⁷ ZIEMELE, Ineta. Article 7: The Right to Birth Registration, Name and Nationality and the Right to Know and be Cared for by Parents. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2007. Passim Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=MQPyQNiC3QEC&dq=ZIEMELE,+Ineta.+Article+7:+The+Right+to+Birth+Registration,+Name+and+Nationality+and+the+Right+to+Know+and+be+Cared+for+by+Parents&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 04 abr 2014

Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-á permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

O impedimento ao trabalho infantil busca garantir à criança que esta possa se dedicar exclusivamente a seus estudos e à recreação, parte importante da sua formação. Veda, também, outras maneiras de exploração, inclusive o tráfico, haja vista que este reduz à criança a objeto – e a reificação do ser humano é violação direta de sua dignidade.⁴⁸

Princípio 10 da Declaração Universal dos Direitos da Criança

A criança gozará de proteção contra atos que possam suscitar discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra natureza. Criar-se-á num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal e em plena consciência que seu esforço e aptidão devem ser postos a serviço de seus semelhantes.

O último princípio é mais amplo e abstrato, basicamente pedindo que às crianças cresçam em um ambiente pacífico e fraternal. Apesar de praticamente impossível no campo prático, o 10º princípio é o ideal a ser alcançado, utopia a servir como norte.

1.3 – Convenção sobre os Direitos da Criança

Passados 20 anos da DUDC, o ano de 1979 foi eleito o Ano Internacional da Criança, a partir do qual teve início a árdua negociação que, dez anos depois, deu fruto à Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC ou “a Convenção”). Essa demora pode ser explicada pelo contexto político da época, com a guerra fria, e pelo desafio que era criar um documento amplo, considerando a diversidade cultural, socioeconômica e religiosa da infância nos diversos países.⁴⁹ Enquanto a Declaração enuncia princípios genéricos e norteadores, a Convenção é formada por

⁴⁸ CHIA, Roland. *The Ethics of Human Organ Trading*. Singapura: Genesis Books e National Council of Churches of Singapore. p. 7

⁴⁹ ANDRADE, Anderson Pereira. *A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios*. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. p. 11

54 artigos e apresenta protocolos facultativos,⁵⁰ um relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis e um relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados, este assinado pelo Estado de Israel em 2005 e aquele em 2008.⁵¹ Um terceiro protocolo opcional sobre procedimentos de comunicação foi aberto para assinaturas em 2012.

Os artigos são menos abstratos que os princípios e trazem direções e regras mais precisas. São o passo seguinte à efetiva proteção aos direitos das crianças, e o maior objetivo da Convenção era orientar seus Estados Parte na modificação de legislações internas.⁵² Neste momento, tem-se como foco apresentar um panorama da Convenção:

O Art. 1º estabelece que, a menos que a lei nacional confira maioria mais cedo, toda pessoa humana menor de 18 anos é considerada criança. Este artigo é a primeira evidência de que a convenção é menos abstrata, pois define o titular dos direitos nela previstos.⁵³ O art. 2º estabelece que todo Estado Parte da Convenção deve garantir os direitos dela constante à toda e qualquer criança sob sua jurisdição, independentemente, inclusive, de origem nacional ou opinião expressa pelos pais, como é o caso de pais ativistas contrários ao governo. Proíbe qualquer tipo de discriminação, que é entendida pela Assembleia Geral da ONU como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundamentada na raça, gênero, língua, religião etc.⁵⁴

O art. 3º positiva o princípio do melhor interesse da criança. Neste artigo, também se impõe ao Estado Parte a obrigação de garantir o melhor interesse da criança quando os responsáveis pela criança não forem capazes de fazê-lo. Houve

⁵⁰ ANDRADE, Anderson Pereira. *A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. p.12

⁵¹ United Nations Treaty Collection. Disponível em: <<http://treaties.un.org/>> Acesso em 09 set 2013

⁵² ANDRADE, Anderson Pereira. *A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. p.12

⁵³ DETRICK, Sharon. *A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p. 51

⁵⁴ DETRICK, Sharon. *A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p.73.

controvérsia sobre a implementação deste princípio na Convenção, porque pode ser considerado paternalista, bem como abre portas para considerações culturais sobre o que é melhor, as quais podem ensejar violações dos direitos humanos das crianças⁵⁵

O art. 6º trata do direito inerente à vida da criança, que deve ser garantido na máxima medida possível pelos Estados Partes. A palavra inerente busca evidenciar e expressar o fato de que não é um direito que o Estado confere ao indivíduo, mas que é reconhecido. Em consequência, cabe ao Estado respeitar, proteger e realizar o direito à vida.⁵⁶

O art. 7º apresenta o direito da criança a nome e a nacionalidade assim que nascer, do direito de conhecer os pais biológicos e de ser educada por eles, se possível. O direito a nacionalidade deve ser garantido pelos Estados Partes em harmonia com o direito nacional, para evitar que a criança se torne apátrida. Essas medidas não só fazem parte do tratamento digno da criança, mas também reduz o risco de abdução, venda e tráfico de crianças.⁵⁷ Há especial preocupação com o registro preciso de crianças refugiadas e que moram em local de conflito, pois o registro pode auxiliar no reencontro entre crianças e seus pais, que muitas vezes as perdem nessas situações.⁵⁸ O art. 8º complementa o art. 7º ao determinar aos Estados Partes o dever de garantir os direitos anteriores e, caso estes sejam ilegalmente tomados, que sejam restituídos todos os aspectos fundamentais da identidade da criança: nome, nacionalidade, relações familiares.⁵⁹ Essa proteção da

⁵⁵ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p.89

⁵⁶ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p.126.

⁵⁷ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p.145

⁵⁸ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p.146

⁵⁹ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <<http://www.unicef.pt/>> Acesso em 08 set 2013

identidade contra interferências ilegais foi proposta pela Argentina,⁶⁰ fomentada pela luta das *Abuelas de Plaza de Mayo*.⁶¹

O art. 9º versa sobre o direito da criança de viver com os pais, não devendo ser separada deles contra sua vontade, salvo se for incompatível com seu melhor interesse, que deve ser atestado pelas autoridades competentes. Tal preceito implica a necessidade de haver previsão legal específica para autorizar um Estado a tirar uma criança dos pais⁶². Ainda assim, deve ser assegurada à ela contato com um ou ambos os pais quando for seu melhor interesse. Quando a separação entre pais e filhos for causada pelo próprio Estado Parte, como no caso de prisões, exílio, detenção, expulsão ou morte, este deve, se solicitado, prover informações sobre o local onde se encontra a pessoa separada.⁶³ O Art. 10 está relacionado com o anterior⁶⁴ e trata de assunto em voga no mundo globalizado, ou seja, prevê que quando uma criança ou seus pais fazem um pedido para entrar ou deixar um Estado Parte com fim de concretizar a reunião familiar, este deve ser considerado de forma positiva.⁶⁵

O Art. 11 trata da obrigação de combater deslocamentos e retenções ilícitas de crianças, seja por um dos pais ou por terceiros⁶⁶.

O Arts. 12, 13, 14, 15 abordam, respectivamente, a necessidade de garantir liberdade de opinião; de expressão; de pensamento, consciência e religião; e de associação. Esses direitos acompanham a mudança na perspectiva acerca da

⁶⁰ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p 159 e seguintes

⁶¹ CF: <http://www.abuelas.org.ar/>

⁶² DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. P.171

⁶³ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <<http://www.unicef.pt/>> Acesso em 08 set 2013.

⁶⁴ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p170.

⁶⁵ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> . Acesso em 14 set 2013

⁶⁶ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> . Acesso em 14 set 2013.

criança, a partir do novo paradigma, devem ter sua opinião levada em consideração, apesar de sua capacidade cognitiva reduzida.⁶⁷

O Art. 16 versa sobre a proteção da vida privada, proibindo intromissões arbitrárias ou ilegais, ou ofensas à sua honra. O art. 19 trata da proteção à criança contra maus tratos e negligência.

O Art. 22 prevê a proteção especial que deve ser destinada à criança refugiada.

O art. 24 enuncia o direito da criança de gozar do melhor estado de saúde possível, beneficiando-se de serviços médicos. Os Estados Partes devem tomar medidas adequadas para abolir práticas tradicionais prejudiciais à saúde da criança.

No art. 27, tem-se a pretensão de que todas as crianças devem ter “direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.”⁶⁸

O art. 37 obriga os Estados Partes a garantirem que “Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes,” assim nenhuma criança será submetida a condições indignas, mesmo privada de liberdade e a criança tem o direito de ser julgada rapidamente e de forma imparcial.

O art. 38 aponta que os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis para assegurar proteção e assistência às crianças afetadas por conflito armado e o art. 39 incentiva a recuperação e a reinserção das crianças vítimas de tortura, conflito armado entre outros.⁶⁹

O art. 40 aborda administração da justiça a menores, estabelecendo uma série de garantia processuais, entre elas a presunção de inocência, ser prontamente

⁶⁷ THORGEIRSDÓTTIR, Herdís. Article 13: The Right to Freedom of Expression. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. P. 1- 3.

⁶⁸ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> . Acesso em 14 set 2013.

⁶⁹ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> . Acesso em 14 set 2013.

informada do que está sendo acusada, não ser obrigada a confessar-se culpada e ser assistida por intérprete caso não compreenda a língua.⁷⁰

Este documento não deixou dúvida quanto ao caráter de sujeito de direito da criança, que deixa de ser propriedade para virar pessoa em formação. Isso não significa ser uma pessoa de segunda categoria, mas sim um indivíduo que deve receber ainda mais cuidados.⁷¹ É patente que a adesão ou ratificação de uma Convenção, por si só, não significa a garantia dos direitos nela expostos, mas a influência da convenção é perceptível em todo o mundo, em diversos âmbitos.⁷²

1.3. 1 – Sistema Universal de Direitos Humanos da ONU e o Comitê para os Direitos da Criança

Os mecanismos de proteção e promoção internacional dos direitos humanos fazem parte de sistemas. Por exemplo, na OEA⁷³ temos o sistema interamericano de direitos humanos. Na ONU, temos o Sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas, cujos mecanismos têm origem na Carta⁷⁴ ou em tratados.⁷⁵

Com origem na carta temos o Conselho de Direitos Humanos⁷⁶, a Revisão Universal Periódica⁷⁷, os Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos

⁷⁰ UNICEF: A Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf> . Acesso em 14 set 2013.

⁷¹ MOLINARI, Fernanda. Parto Anônimo: *Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010. (apud Alberton). p. 40.

⁷² ANDRADE, Anderson Pereira. A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. *Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios*. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. passim.

⁷³ Organização dos Estados Americanos, uma organização internacional criada em 1948, com sede em Washington, cujos membros são as 35 nações independentes do continente americano. Site oficial Disponível em: <<http://www.oas.org/>>. Acesso em 13 nov 2013

⁷⁴ Carta das Nações Unidas. Documento que fundou a ONU. Disponível em: <<http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>>. Acesso em 13 nov 2013.

⁷⁵ Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/HumanRightsBodies.aspx>>. Acesso em 03 nov 2013

⁷⁶ Órgão intergovernamental das nações Unidas responsável pela promoção e proteção de Direitos Humanos. É formado por 47 Estados. Nasceu em 2006, substituindo a antiga Comissão de Direitos Humanos.

⁷⁷ Processo que envolve autoanálise por parte de todos os Estados-parte sobre a situação dos direitos humanos neles mesmos. Acontece sob os auspícios do Conselho.

Humanos⁷⁸ e a Reclamação ao Conselho de Direitos Humanos.⁷⁹ Os mecanismos criados em tratados são grupo de expertos independentes que fiscalizam a implementação do tratado que lhe deu origem. São eles o Comitê de Direitos Humanos,⁸⁰ o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,⁸¹ o Comitê para a Eliminação de Discriminação Racial,⁸² o Comitê para a Eliminação de Discriminação Contra a Mulher,⁸³ o Comitê Contra a Tortura⁸⁴ e o Subcomitê sobre a Prevenção de Tortura,⁸⁵ o Comitê sobre Trabalhadores Migrantes,⁸⁶ o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências,⁸⁷ o Comitê sobre Desaparecimentos Forçados,⁸⁸ e o Comitê para os Direitos da Criança.

O Comitê para os Direitos da Criança (“o Comitê,” doravante) foi criado pela Convenção, em seus artigos 43 a 45, para controlar a aplicação da Convenção e seus relatórios facultativos. Ele seria originalmente formado por 10 expertos independentes, eleitos pelos Estados para um mandato de quatro anos. Devido ao grande volume de trabalho, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Resolução 50/115 no final de 1995, que emenda a Convenção sobre os Direitos da Criança para alterar de ‘dez’ expertos para ‘dezoito’ no artigo 43(2)⁸⁹ que deveria

⁷⁸São especialistas independentes em Direitos Humanos que aconselham com base no seu campo de expertise (direitos humanos civis, culturais, econômicos, políticos, em países ou regiões específicas, etc).

⁷⁹Desde 2007, podem apresentar reclamações ao Conselho diretamente as instituições, governamentais ou não, grupos ou indivíduos que são vítima ou têm conhecimento direto de violações de direitos humanos.

⁸⁰Monitora a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

⁸¹Monitora a implementação do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

⁸²Monitora a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Racial.

⁸³Monitora a implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação Contra a Mulher.

⁸⁴Monitora a implementação da Convenção contra Tortura e Outros tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes

⁸⁵Puramente preventivo e diferente dos Comitês. Grupo de expertos independentes que visitam prisões dos Estados-Parte e fazem sugestões e dão assistência. Foi fundado com base no protocolo opcional da Convenção contra tortura.

⁸⁶Monitora a implementação da Convenção Internacional sobre a Proteção de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias.

⁸⁷Monitora a implementação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiências.

⁸⁸Monitora a implementação da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados.

⁸⁹ ONU. Resolução 50/155. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/50/ares50-155.htm>>. Acesso em 13 set 2013.

entrar em vigor assim que dois terços dos Estados Partes ratificassem⁹⁰, mas somente em 2003 o Comitê passou a ser formado por 18 membros⁹¹.

O Comitê foi instituído parcialmente por causa da crença de que, sem ele, os Estados falhariam em cumprir as obrigações assumidas com a Convenção, e em parte para ajudar os Estados, para fortalecer os mecanismos nacionais no processo de implementação dos direitos das crianças.⁹² Infelizmente, o Comitê é levado pouco a sério pelos Estados Partes por não ter poder sancionatório. Os Estados Partes muitas vezes falham em enviar relatórios e, para tentar contornar esta situação, o Comitê pode atuar com base em estudos e relatórios de terceiros, como ONGs, por exemplo.⁹³

Os Estados Partes devem submeter relatórios periódicos, em até dois anos após a assinatura da Convenção e depois a cada 5 anos, ao Comitê, contendo uma descrição das medidas tomadas pelo país para a implementação da Convenção e promoção dos direitos da criança em seu próprio território.⁹⁴ Junto aos relatórios, devem ser enviados os principais julgados e textos legislativos sobre o assunto, estudos estatísticos detalhados, pesquisas relevantes sobre a matéria.⁹⁵ O que deve ser incluído nos relatórios subsequentes ao primeiro que cada país submete é explicado no documento CRC/C/58/Rev.2⁹⁶ do Comitê para os Direitos da

⁹⁰ ANDRADE, Anderson Pereira. A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. p. 19.

⁹¹ Cf: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/crc/docs/MembersCVs/PastMEMBERSHIP.pdf>>. Acesso em 13 set 2013

⁹² VERHEYDE, Mieke. GOEDERTIER, Geert. Articles 43-45: The UN Committee on the Rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. P. 15

⁹³ MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. O Décimo-Quinto Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Contributo para o Aprofundamento e Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista dos Tribunais*. Ano 94. Janeiro de 2005. Volume 831. passim.

⁹⁴ ANDRADE, Anderson Pereira. A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios. Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000. passim.

⁹⁵ Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Direitos Humanos | Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em Matéria de Direitos Humanos: Comitê dos Direitos da Criança. Tópico 4.1. a). Disponível em: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-dir-criancas.html>>. Acesso em 13 nov 2013

⁹⁶ Committee on the Rights of the Child. Treaty-specific guidelines regarding the form and content of periodic reports to be submitted by States parties under article 44, paragraph 1 (b), of the Convention on the Rights of the Child (CRC/C/58/Rev.2). Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsr1ZWe>>

Criança. É pedido que o relatório seja organizado a partir de temas, com base grupos de artigos.

Todas estas informações são então analisadas em conjunto com os relatórios de outras fontes, e no final o Comitê emite suas observações finais, em um relatório destacando pontos positivos e negativos, podendo emitir sugestões ao Estado Parte e submeter o relatório final à apreciação da Assembleia Geral da ONU⁹⁷

Outras atribuições do Comitê incluem “formular comentários gerais relativos a determinados artigos ou disposições da Convenção, organizar debates temáticos sobre matérias cobertas pela mesma, solicitar a realização de estudos sobre questões relativas aos direitos da criança.”⁹⁸

b%2bRuDNd9qD0ICL6imZxXDYJKScXq%2byQUuYuPxbrvklk%2f4o%2bqYdzFH1oxi6TKUv%2brZb7xclQll6Ew1f4j2cf0ZEWKOOT9Er5F81ifQY>. Acesso em 13 mar 2014

⁹⁷ DETRICK, Sharon. A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. p. 41.

⁹⁸ Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Direitos Humanos | Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em Matéria de Direitos Humanos: Comitê dos Direitos da Criança. Disponível em: < <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-dir-criancas-novo.html>>. Acesso em 13 nov 2013

CAPÍTULO 2 – UMA PEQUENA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CONFLITOS NA REGIÃO DA PALESTINA

A Palestina suas terras vizinhas são disputadas há 5.000 anos,⁹⁹ mas especialmente nos últimos 66 anos o desentendimento se intensificou com a criação do Estado de Israel. Nesta região, de muitas culturas e grandes acontecimentos históricos, nasceram as três grandes religiões monoteístas: judaísmo, cristianismo e islamismo.¹⁰⁰ Este capítulo tem como objetivo tratar da história do conflito entre Israel e Palestina, começando em 3.000 a.C., passando pela II Guerra Mundial e até os dias de hoje, abordando temas correlatos, como o movimento sionista.

2.1 – Uma área disputada: constante mudança na dominação do território

A região da Palestina, geograficamente posicionada entre o Mar mediterrâneo a oeste, deserto da Arábia a leste, rio Litani ao norte e o deserto de Naguev ao sul, é um território muito disputado através da história por sua posição geografia estratégica, como corredor natural entre Ásia e África¹⁰¹. Os primeiros ocupantes comprovados datam do período paleolítico, e as primeiras cidades de três mil anos antes da era cristã.¹⁰²

2.1.1 – O Povo Hebreu e as Diásporas

O povo hebreu, semita, expulso do território egípcio foi aos poucos avançando pelo território da Palestina, nesta época chamada de Canaã¹⁰³, ocupada por povos cananeus. No século XII a. C., os povos do mar, entre eles os filisteus, inimigos históricos dos hebreus, invadiram as planícies litorâneas¹⁰⁴ e começaram a

⁹⁹ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.5

¹⁰⁰ KHALIDI, Rashid Ismail. Palestine. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁰¹ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p. 63

¹⁰² Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p. 64

¹⁰³ JAGUARIBE, Hélio. Um estudo crítico da História. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001. V. 1. P 207, 209

¹⁰⁴ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p. 64

construir cidades-estados. A presença deles e de outros povos que aos poucos dominavam partes do local, como o aramaicos e os antigos cananeus, ameaçava o povo hebreu, que reuniu suas 12 tribos em uma única monarquia, buscando na centralização das decisões a resposta para se defenderem¹⁰⁵.

A tática deu certo, o Reino de Israel acumulava vitórias e seu território se expandiu durante o enfraquecimento de grandes impérios vizinhos, tendo seu auge durante os reinados de Davi e Salomão.¹⁰⁶ Ambos os reis promoveram grandes construções em Jerusalém e intenso comércio com os fenícios. Israel enriquecia, mas as 12 tribos brigavam internamente.¹⁰⁷ Com a morte de Salomão, o reino foi dividido em dois: Israel, ao norte, e Judá, ao sul.¹⁰⁸

A divisão enfraqueceu ambos, e os assírios souberam aproveitar esta fraqueza.¹⁰⁹ O reino de Israel foi transformado, então, em tributário da Assíria, pelas mãos de Sargão II em 721 a.C. que conquistou e deportou grande parte dos habitantes do local, mas o Reino de Judá ainda manteve relativa independência. Em 587 a.C., Nabucodonosor, babilônico, conquistou também o Reino de Judá, no qual destruiu o primeiro templo e deportou a população para a Babilônia, no que se considera a primeira diáspora dos judeus¹¹⁰ (como já eram chamados na época os pertencentes ao Reino de Judá¹¹¹).

Quando o imperador Persa, Ciro, o Grande, dominou a Babilônia e a Palestina em 538 a.C., muitos exilados voltaram à Palestina e Jerusalém e seu templo foram reconstruídos.¹¹² Com a liberdade religiosa dada por Ciro, a religião

¹⁰⁵ DURANT, Will. A História da Civilização. Tradução: Mamede de Sousa Freitas. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record:1995. V.1. p 205.

¹⁰⁶ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p64

¹⁰⁷ LLOYD, Christopher. *O que Aconteceu na Terra?* A história do planeta, da vida & das civilizações, do big bang, até hoje. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. p.174

¹⁰⁸ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p64

¹⁰⁹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 7

¹¹⁰ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p64

¹¹¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 7

¹¹² REICH, Bernard. *A Brief History of Israel*. 2. Ed. Nova York: Infobase Publishing, 2008. p. 06

pôde ser praticada amplamente e Jerusalém aos poucos voltou a ser uma cidade judaica.¹¹³

Mais uma vez a disputada região conheceu outro conquistador. Alexandre Magno passou a controlar a região, que agora pertencia ao mundo grego. Os judeus passaram a se espalhar pelo Império Helênico e a população, desde então, começou a se misturar, mesclando-se hábitos e habitantes. Os judeus, contudo, mantinham sua identidade religiosa e monoteísta.¹¹⁴ Com a morte de Alexandre, a região seguiu dominada pela dinastia ptolomaica, que era mais assertiva na disseminação do helenismo.¹¹⁵ A disputa religiosa que se seguiu culminou com a dominação dos macabeus,¹¹⁶ um exército rebelde judeu que fundou a dinastia dos asmoneus controlou a região da Judéia entre 164 a.C e 63 a.C, quando os romanos invadiram.

O general Pompeu conquistou Jerusalém em 63 a.C. e a Palestina passou a fazer parte do Império Romano. Com apoio dos dominadores, Herodes vira Rei dos Judeus em 39 a.C e divide a Judéia entre seus filhos com sua morte.¹¹⁷ A região da Palestina, nesta época, era um grande aglomerado de várias populações diferentes, resultado da constante mudança de civilização dominante. Durante esse período de dominação romana nasceu o cristianismo, que propunha profunda reforma do judaísmo.¹¹⁸ No ano 70 da era cristã, os judeus se rebelaram contra os romanos, mas sem sucesso. O Reino de Israel e Jerusalém foram destruídos e os judeus, expulsos,¹¹⁹ dando início a segunda diáspora dos judeus pelo mundo e apenas algumas poucas comunidades judaicas permaneceram na Palestina.¹²⁰

¹¹³ DURANT, Will. A História da Civilização. Tradução: Mamede de Sousa Freitas. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record:1995. V.1. p 220, 221

¹¹⁴ JAGUARIBE, Hélio. Um estudo crítico da História. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001. V. 1. p. 225, 226

¹¹⁵ REICH, Bernard. A Brief History of Israel. 2. Ed. Nova York: Infobase Publishing, 2008.p. 06

¹¹⁶ Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda., 2004. Volume 11, p. 64

¹¹⁷ REICH, Bernard. A Brief History of Israel. 2. Ed. Nova York: Infobase Publishing, 2008.p. 08

¹¹⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 9

¹¹⁹ LLOYD, Christopher. O que Aconteceu na Terra? A história do planeta, da vida & das civilizações, do big bang, até hoje. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. p.203

¹²⁰ REICH, Bernard. A Brief History of Israel. 2. Ed. Nova York: Infobase Publishing, 2008.p. 08

2.1.2– A Islamização e o Império Otomano

No início da Idade Média, a maioria dos povos que habitavam a Palestina eram cristãos, e o terreno estava sob a dominação do Império Romano do Oriente.¹²¹ A região passara por mais algumas dominações diferentes: Império Bizantino, Império Sassânida, o Califado, o império Seljúcida, passaram pelas Cruzadas e pelo império de Saladin antes da dominação Otomana.¹²²

Na primeira metade do século VII houve a conquista mulçumana da região com o Califado Rashidun, que é a raiz das características árabes e islâmicas que a Palestina apresenta hoje. Essa conquista, porém, não foi imune às muitas disputas dinásticas que se seguiram e por séculos o controle da região passaria por vários grupos islâmicos diferentes, ligados aos califados da Arábia, do Egito e da Síria, até que no século XV a região foi incorporada pelo Império Otomano.¹²³

A dominação dos turcos e seu imenso império só seria dissolvido pelas potências europeias durante a Primeira Guerra Mundial¹²⁴. Não foi uma dominação pacífica, os turcos constantemente enfrentavam revoltas dos povos submetidos. A luta dos Palestinos e da população árabe, mesmo que majoritariamente mulçumana, sempre incluiu grupos ligados a outras religiões, inclusive a judaica.¹²⁵

Durante o Império Otomano, a Palestina não era um país, apenas uma província submetida aos governantes turcos. Uma parte considerável da população de meio milhão de pessoas era nômade ou semi-nômade e mulçumana, menos de 25 mil pessoas seguiam a religião judaica¹²⁶.

¹²¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 9

¹²² Vide Anexo 1

¹²³ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 9

¹²⁴ Guerra Global centrada na Europa, que durou de 1914 a 1918. Os Combatentes eram os Aliados (França, Império Britânico, Império Russo, Itália, Estados Unidos, Sérvia, Japão, Bélgica, Grécia, Romênia, Portugal, Brasil etc) e Impérios Centrais (Alemanha, Austria-Hungria, Bulgária, Império Turco-Otomano)

¹²⁵ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 9

¹²⁶ Israel. In: Encyclopædia Britannica. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/296740/Israel/23114/Cultural-institutions>>. Acesso em 03 abr 2014

2.2 – As Guerras Mundiais, o Mandato Britânico e o Sionismo

A maioria da população da Palestina era mulçumana durante o Império Otomano. Isso começou a mudar durante o Império Russo¹²⁷, mesmo antes da Primeira Grande Guerra, em que os judeus, vítimas de violenta perseguição e deportações, fugiram, a partir de 1882 em grande quantidade para a Palestina e se instalaram em colônias agrícolas.¹²⁸

Theodor Herzl, um judeu austríaco, publicou em 1896 um livro chamado *O Estado Judeu*, em que ele defendia a necessidade da criação de um Estado judaico na Palestina, de onde os judeus haviam sido expulsos há dois mil anos. Este livro marca o nascimento do movimento político sionista, que buscava uma pátria para os judeus do mundo.¹²⁹

Herzl e outros intelectuais judeus, sentindo-se marginalizados na Europa abraçaram a ideia de retorno à sua pátria histórica e no ano seguinte, Herzl foi um dos fundadores da Organização Sionista Mundial. A Organização buscou apoio de banqueiros egípcios e alemães, mas quem mais se envolveu foi o judeu francês Barão de Rothschild, magnata das finanças, que, com doações pessoais, ajudou a fundar em 1901, em Londres, o Fundo Nacional Judaico,¹³⁰ cujo propósito era comprar terras na Palestina e permitir a instalação de colônias agrícolas, assentamentos independentes que seriam defendidos por seu próprio exército.¹³¹

A visão que o ocidente e os primeiros sionistas tinham da Palestina era cercada de mitos, um dos mais difundidos era de que a Palestina era um grande deserto desocupado, habitado por uns poucos nômades sem vínculos ou direitos sobre a terra, sem conexões culturais ou nacionais.¹³² Essa visão era fantasiosa.

¹²⁷ Monarquia absoluta que durou de 1721 a 1917 e abrangia o Leste Europeu, a Ásia Central e até uma pequena parte da América do Norte.

¹²⁸ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 10

¹²⁹ BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. P.197

¹³⁰ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 11

¹³¹ NETANYAHU, Benjamin. *A Durable Peace: Israel and its Place Among the Nations*. Nova York: Hachette Book Group, 2009.

¹³² BEM-AMI, Shlomo. *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. p.4, 5

Nas aldeias e cidades árabes da Palestina viviam mais de meio milhão de árabes,¹³³ mas essa visão de que era uma terra sem dono era usada para validar a construção, pelos sionistas, de novas colônias no território Palestino. O sionismo sistematicamente desprezou os árabes que já moravam lá.¹³⁴

O movimento sionista crescia, mas não era unânime, apresentava várias correntes e algumas não achavam que o Estado deveria ser exclusivamente de judeus. Alguns judeus socialistas acreditavam na criação de uma sociedade igualitária em terras palestinas, baseadas em fazendas comunais democráticas.¹³⁵ Os primeiros imigrantes judeus da Europa se estabeleceram em terras compradas de grandes proprietários árabes que viviam fora da Palestina e administravam suas terras à distância.¹³⁶

Durante a Primeira Guerra Mundial, os turcos começaram a formar uma aliança com a Alemanha. Para evitar que isso acontecesse, a Inglaterra começou a estimular revoltas entre os povos árabes dominados pelo Império Otomano, como forma de enfraquecer o Império. Como resposta, o império Turco-Otomano, com auxílio da Alemanha e do império Austro-Húngaro embarcou no movimento sionista e incentivou a ida de judeus, oprimidos pelos Aliados, para a Palestina, como forma de contar com o apoio destes e diminuir a densidade demográfica de árabes revoltosos.¹³⁷

[...]. De fato, em 1915-1916, a Inglaterra precisava do apoio árabe e, numa troca de correspondência com o xeque Hussein de Meca, Sir Henry MacMahon, do governo britânico, prometeu a criação de um Estado árabe independente formado pelas províncias do Império Otomano em que se falava Árabe.¹³⁸

Com o fim da Primeira Guerra bem próximo, em 1916, Inglaterra e França, ambos Aliados, assinaram o acordo Sykes-Picot, que propunha dividir entre

¹³³ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 16

¹³⁴ HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. P.3

¹³⁵ DEMANT, Peter. Identidades Israelenses e Palestinas: Questões Ideológicas, em: DUPAS, Gilberto(org), VIGEVANI, Túlio (org.). Israel-Palestina: A construção da Paz vista de uma Perspectiva Global. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 211.

¹³⁶ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 11.

¹³⁷ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 13

¹³⁸ ARAGÃO, Maria José. Israel X Palestina: Origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 38.

eles os territórios do Império Turco-Otomano, parte dos Impérios Centrais. Parte deste território, a Palestina, ficaria sob mandato britânico.¹³⁹ Depois da guerra, em 1922, a Sociedade das Nações oficializou os mandatos ingleses e franceses no Oriente Médio, mas tropas de ambos os países já ocupavam os territórios desde 1917.¹⁴⁰

Nesta época, já eram 50.000 judeus na Palestina, convivendo na comunidade de língua e cultura árabe que já estava lá há muitos séculos. Deste total, menos da metade era de origem europeia, vivendo em colônias agrícolas. Essas colônias nunca foram bem aceitas e já eram atacadas desde o começo do século.¹⁴¹

Apesar de terem cidades, quantidade de pessoas e identidade nacional, os Palestinos não tinham uma organização ou liderança significativa. Ainda assim, não ficavam inertes diante do avanço da ocupação sionista e se revoltavam, faziam greves e protestos, alguns dos quais acabavam se tornando violentos.¹⁴² A Inglaterra tinha dificuldades em controlar as manifestações e, a despeito de em 1917 ter dito que apoiava a criação de um “lar nacional para o povo judeu na Palestina” desde que não se fizesse nada “que possa acarretar prejuízos aos direitos civis e religiosos das comunidades não judias”¹⁴³, publicou em 1921 um documento conhecido como Livro Branco, que limitava a imigração judaica.¹⁴⁴

Em 1929, a Organização Sionista Mundial criou a Agência Judaica, que funcionava mais ou menos como um governo para o Estado ainda inexistente de Israel. A Agência trabalha para angariar fundos para comprar terras na Palestina para instalar colônias agrícolas. Com a imigração em massa de judeus, o já fragilizado equilíbrio começou a ruir.¹⁴⁵

¹³⁹ LLOYD, Christopher. O que Aconteceu na Terra? A história do planeta, da vida & das civilizações, do big bang, até hoje. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. p.366.

¹⁴⁰ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 13, 14

¹⁴¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 15

¹⁴² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 16

¹⁴³ Trecho da Declaração de Balfour, promulgada pelo Governo Britânico em 2 de novembro de 1917. No ano seguinte a promessa feita a Hussein de Meca.

¹⁴⁴ SHAPIRA, Anita. *Israel: A history*. Londres: Hachette, 2014.

¹⁴⁵ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 15

A resposta do movimento sionista às revoltas árabes foi recorrer a métodos terroristas. Alegando necessidade de se defender, grupos extremistas afugentavam pessoas de aldeias árabes e assentavam novas colônias. Este método era bem diferente dos primeiros idealistas socialistas das comunidades rurais.¹⁴⁶

Apesar de os conflitos, no começo dos anos 30 menos de 20% dos habitantes da Palestina eram judeus. Porém com o crescimento do nazismo no Terceiro Reich,¹⁴⁷ o número de judeus na Palestina aumentou consideravelmente.¹⁴⁸ Entre 1932 e 1938, mesmo com as restrições inglesas, mais de 200.000 judeus migraram para a Palestina.¹⁴⁹

A situação na Palestina ficava cada vez mais tensa com o aumento do número de judeus. As faíscas entre árabes e judeus queimavam o governo britânico, que tinha o dever de manter a ordem em uma terra em que não era bem vindo e não agradava ninguém. De um lado, jornais locais, como o *Falastin*, falavam de uma virtual ocupação judaica e causavam revoltas; do outro, um exército clandestino judeu (*Haganah*) com o pretexto de se proteger, agia com violência contra árabes.¹⁵⁰

A Inglaterra começava a cogitar a possibilidade de dividir a Palestina em dois Estados, separando judeus e árabes, mas nenhum dos grupos aceitou a proposta, pois queriam o território inteiro.¹⁵¹ Em 1939, surgiu um novo Livro Branco, em que a Inglaterra limitava a imigração de judeus a 75 mil até 1944, além de restrições à compra de terras por judeus.¹⁵² Durante a Segunda Guerra, toda a Europa passava por dificuldades financeiras e para a Inglaterra controlar uma área de pouco interesse econômico e grandes conflitos como a Palestina, quando tanto

¹⁴⁶YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 15

¹⁴⁷Governo que se estabeleceu na Alemanha entre 1933 e 1945, comandado por Adolf Hitler, marcado por violento racismo e xenofobia.

¹⁴⁸HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo:Editora Ática, 1998. p. 5

¹⁴⁹YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 16

¹⁵⁰YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 16

¹⁵¹HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo:Editora Ática, 1998. p.5

¹⁵²ARAGÃO, Maria José. Israel X Palestina: Origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 44.

recurso era necessário em seu próprio território, ficava cada vez mais inviável e desvantajoso.¹⁵³

Apesar de serem contra a ocupação judaica, os movimentos armados palestinos evitavam atacar as comunidades judaico-palestinas, com quem conviviam pacificamente há séculos.¹⁵⁴ O Alto Comitê da Palestina, composto por religiosos árabes, incentivava os palestinos a abandonarem ações de guerrilha, greve e sabotagem. Enquanto isso, a Agência Judaica, desgostosa com a limitação de imigrações¹⁵⁵, trabalhava a todo vapor para comprar e ocupar mais e mais terras palestinas e, em 1939, 1/3 da população palestina era de judeus e eles já detinham 12% do território¹⁵⁶.

Os judeus organizavam-se em movimentos armados e buscavam acelerar o controle da Palestina. O grupo *Irgum* matou 91 pessoas em um único atentado ao hotel King David, onde funcionava o quartel-general britânico, o que, em última análise, convenceu britânicos a deixarem a Palestina.¹⁵⁷ Eles também são responsáveis por bombardear praças e mercados. Um de seus líderes, o judeu polonês Menahen Begin, tornou-se Primeiro Ministro do futuro Estado de Israel. Outro grupo, oriundo do *Irgun*, era o grupo de Abraham Stern, conhecido como “o poeta da Bíblia e do fuzil.”¹⁵⁸

2.3 – A Criação do Estado de Israel

A Grã-Bretanha, em abril de 1947, renunciou ao seu mandato sobre a Palestina e entregou à ONU toda a responsabilidade sobre o dilema de como resolver os conflitos na região. No cenário mundial pós-Segunda Guerra, a medida que detalhes sórdidos sobre o Holocausto vinham à tona, o mundo, embalado por

¹⁵³BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. p. 200

¹⁵⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 17

¹⁵⁵HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 7

¹⁵⁶ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 17

¹⁵⁷HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 6

¹⁵⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 17

pena coletiva, não poderia deixar de atender o pedido do Congresso Sionista Mundial: dar a 1 milhão de judeus perdidos e desamparados acolhimento na Palestina, seu lar histórico.¹⁵⁹

Em novembro do mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU aprovou o plano de partilha da Palestina, que dava aos 700.000 judeus 14.000km² (dez vezes mais terra do que eles controlavam depois de duas décadas de presença britânica na Palestina) e aos 1.500.000 árabes palestinos, 11.500km² de terras, parte da qual atravessada pelo Estado de Israel. E a cidade de Jerusalém, por sua importância para as distintas religiões, seria internacionalizada.¹⁶⁰ Para os judeus foi uma grande vitória, que lhes garantiu seu próprio Estado, mas os árabes se sentiram prejudicados.¹⁶¹

2.4 – Os conflitos Árabe-Israelenses desde 1947

2.4.1 – A Guerra de independência e o início da resistência Palestina

Assim que o plano de partilha foi anunciado, em 1947, choques armados entre palestinos e judeus começaram, mas por hora era uma guerra civil. No dia 14 de maio de 1948 o mandato britânico oficialmente terminou e os soldados ingleses se retiraram do local.¹⁶² O líder da Agência Judaica, David Ben Gurion, proclamou a fundação do Estado de Israel e promulgou uma das mais icônicas leis israelenses: A Lei do Retorno, pela qual qualquer judeu de qualquer lugar do mundo teria direito à cidadania israelense.¹⁶³

¹⁵⁹BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. p.199

¹⁶⁰ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 18

¹⁶¹HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.7

¹⁶² VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém*. São Paulo: iEditora, 2002. P. 189.

¹⁶³Jewish Virtual Library, *Israel's Basic Laws: The Law of Return*, Disponível em: <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Politics/Other_Law_Law_of_Return.html>, acesso em 10 mar 2014.

No dia seguinte, os países árabes que se opunham à fundação do Estado judaico pegaram em armas. Tropas do Egito, Líbano, Transjordânia, Iraque e Síria atacaram, dando início ao que os israelenses chamam de “guerra da independência” por ser a guerra contra os que se opunham ao Estado independente de Israel.¹⁶⁴ Os judeus cometeram alguns massacres, entre eles o da aldeia de Deir Yassin, em 1948, onde 240 moradores foram exterminados, massacre que os palestinos nunca esqueceriam.¹⁶⁵ Nos meses seguintes, meio milhão de palestinos foram obrigados a fugir de suas casas.¹⁶⁶

Os Estados Unidos, país com alta população de judeus,¹⁶⁷ prontamente apoiou Israel, reconhecendo o país. A União Soviética não ficou atrás e foi o primeiro país a mandar um embaixador. No outro lado, não era de interesse dos países árabes, finalmente livres da influência dos mandatos, deixar que Estados Unidos e União Soviética substituíssem britânicos e franceses na dominação da região. Além disso, a Síria e o Líbano tinham grande interesse na área pois lucravam muito com o comércio com palestinos.¹⁶⁸

Apesar do tímido apoio inglês e de serem a união de vários países, os árabes não tinham união, preparo ou estrutura militar para enfrentar Israel, que, além de recursos obtidos do ocidente através dos esforços de Golda Meir,¹⁶⁹ contava com o apoio das potências URSS e Estados Unidos e com um exército formado por muitos veteranos. Enquanto se defendia contra os ataques árabes, o Estado de Israel abocanhava mais 20% do território palestino e mesmo depois do cessar fogo imposto pela ONU, que acabou com o conflito, os israelenses nunca abandonaram os territórios ocupados, de modo que agora tinham 77% do território

¹⁶⁴ BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. p. 194.

¹⁶⁵ BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. p. 201

¹⁶⁶ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 17

¹⁶⁷ BLAINEY, Geoffrey. Uma Breve História do Século XX. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. p. 202

¹⁶⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 19

¹⁶⁹ HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. Cit. p. 8

da Palestina original. Enquanto isso, o território da Palestina estava dividido e fragilizado e o plano de partilha acabou não sendo concretizado.¹⁷⁰

Com o fim da guerra, em 1949, e a consolidação do Estado de Israel, começou o drama dos refugiados palestinos. A Faixa de Gaza em seus 335km² ficou sob controle egípcio e a Cisjordânia (ou Margem Ocidental), com seus 5.300km², passou a ser controlada pela Jordânia (antiga Transjordânia). Os palestinos que tentaram voltar para casa foram proibidos de entrar. A ONU aprovou várias resoluções dando aos civis palestinos o direito de retornar e serem indenizados, mas Israel nunca acatou essas decisões.¹⁷¹ A maioria dos palestinos que viviam em todo o território que agora era o Estado de Israel foram expulsos de suas casas e terras com ameaças e bombardeios, passando a viver marginalizados, em campos de refugiados nos países vizinhos.¹⁷²

Em 1950, foi criado o UNRWA – *United Nations Relief and Works Agency*, organismo da ONU de ajuda e trabalho para os refugiados palestinos.¹⁷³ Da mesma época datam-se as primeiras construções de madeira e alvenaria entre os refugiados, que passaram o ano anterior vivendo em tendas e barracas.¹⁷⁴ A UNRWA passou a definir como refugiado aquele que, no conflito de 1948, morava na Palestina há pelo menos 2 anos e, por causa da guerra, perdeu o trabalho e seu lar, ou seus descendentes.¹⁷⁵ A organização também era incumbida de fornecer alimentação (farinha, leite em pó, arroz e conservas), educação primária e assistência médica.¹⁷⁶

A precariedade na situação dos palestinos era tamanha que John Foster Dulles, em 1956, Secretário de Estado norte-americano disse que era tarde demais

¹⁷⁰ VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém*. São Paulo: iEditora, 2002.p. 194, 195, 196, 235

¹⁷¹ VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém*. São Paulo: iEditora, 2002.p. 194.

¹⁷² YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 21

¹⁷³ UNRWA. *About UNRWA*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/sites/default/files/2012091861555.pdf>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁷⁴ UNRWA. *Replacing tents with fabricated shelters*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/content/replacing-tents-fabricated-shelters>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁷⁵ UNRWA. *Frequently Asked Questions*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/who-we-are/frequently-asked-questions>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁷⁶ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 21

para os palestinos: que eles morreriam aos poucos e sua identidade cultural morreria com eles e as novas gerações teriam esquecido a Palestina. Os anos seguintes provaram que ele estava errado.¹⁷⁷

As organizações políticas que se seguiram, e a própria UNRWA, investiram principalmente na educação dos jovens, rendendo aos refugiados Palestinos o menor índice de analfabetismo da região, com quase 100% das crianças atendendo educação secundária.¹⁷⁸ Além da preocupação com o direito à educação, a escolaridade cumpria também a função de manter as gerações que nasceram em campos de refugiados em contato com sua origem e identidade cultural.¹⁷⁹ Apesar disso, a falta de moradia, alimentação o trabalho eram problemas recorrentes e aparentemente eternos aos moradores dos campos, principalmente os de Gaza, já que a Jordânia foi o único país árabe que aceitou dar cidadania aos refugiados que tivessem interesse.¹⁸⁰

A vida dos 160.000 árabes que permaneceram dentro de Israel, contudo, não foi muito melhor. Eram marginalizados e sistematicamente discriminados pelo Estado, tratados como cidadãos de segunda classe, traidores em potencial.¹⁸¹

A classe média palestina exilada, por ter mais acesso à política, deu impulso à resistência, com o objetivo retornar à pátria. Na Primeira Conferência Árabe de cúpula, que aconteceu no Cairo em 1964, foi decidido que os países árabes apoiariam a criação do Estado Palestino. Em maio do mesmo ano ocorreu o primeiro Congresso Nacional Palestino na parte oriental de Jerusalém, onde foi oficialmente criada a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) por estudantes palestinos exilados inconformados com a inércia dos países árabes, bem como um fundo que deveria recolher dinheiro para sustentar a organização. Em

¹⁷⁷ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 26

¹⁷⁸ DUMPER, Michael. *Palestinian Refugee Repatriation: Global perspectives*. Abingdon: Routledge, 2006. p.4. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/221980-Palestinian-Refugee-Repatriation-Global-perspectives-2006-Edited-by-Michael-Dumper/>>. Acesso em 03 abr 2014.

¹⁷⁹ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 22

¹⁸⁰ DUMPER, Michael. *Palestinian Refugee Repatriation: Global perspectives*. Abingdon: Routledge, 2006. p.3, 4. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/221980-Palestinian-Refugee-Repatriation-Global-perspectives-2006-Edited-by-Michael-Dumper/>>. Acesso em 03 abr 2014.

¹⁸¹ VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém*. São Paulo: iEditora, 2002.p. 235, 236.

setembro, na segunda conferência de Cúpula Árabe, criou-se o Exército de Libertação da Palestina, braço armado da OLP. Outra organização foi o Movimento Nacionalista Árabe, depois chamado de FPLP – Frente Popular Pela Libertação da Palestina. Fundada em parte por Geroges Habache, é uma corrente marxista, que compara os palestinos ao proletariado revolucionário. Seus inimigos eram o Estado de Israel e todo país árabe capitalista¹⁸².

Um importante grupo político-militar palestino foi a *Al Fatah*, a maior das facções da OLP. A *Fatah* se formou entre 1956 e seu nome tem vários significados. *Fatah* é também composta pelas iniciais invertidas de *harakat al Tahrir al Watani al Falestin*, que pode ser traduzida para Movimento para a Libertação Nacional da Palestina. *Fatah* que dizer vitória/conquista e o seu oposto, *hataf*, que dizer morte.¹⁸³

No começo, a Fatah era um movimento antissionista e anti-imperialista, com o objetivo de criar um Estado laico e democrático na Palestina. Listava como inimigo o Estado de Israel, mas não a comunidade judaica, com que os árabes por muito tempo conviveram em paz e novamente poderiam fazê-lo. A Fatah abriu seu primeiro escritório na Argélia, o primeiro país a reconhecer a resistência palestina. Foi também na Argélia que os militantes da Fatah iniciaram seu treinamento com armas e explosivos¹⁸⁴.

Em dezembro de 1964, militantes da Fatah lançaram o primeiro ataque a militares Israelenses,¹⁸⁵ começando um ciclo de ataque e represálias que se estende até hoje.¹⁸⁶ Dos países vizinhos, somente a Síria oferecia uma base segura aos palestinos, já que os outros países não apoiavam o conflito armado.¹⁸⁷

¹⁸² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 26

¹⁸³ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 194.

¹⁸⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 27

¹⁸⁵ Fatah. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/202423/Fatah>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁸⁶ Palestine: The PLO's rise as a Revolutionary Force. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45089/The-PLOs-rise-as-a-revolutionary-force>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁸⁷ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 28

A situação entre Israel e Síria era tensa, e o fato de Nasser, líder do Egito, pressionar Israel¹⁸⁸ não ajudou. Preventivamente, os países vizinhos mantinham tropas nas fronteiras com Israel, como se preparados para guerra, e o Egito pedia a retirada de tropas da ONU do Sinai.¹⁸⁹ Israel decidiu tomar a iniciativa e numa ofensiva extremamente rápida e súbita, destruiu as forças aéreas egípcias e, mesmo com o apoio de outros países árabes, o ataque foi bem sucedido e durante seis dias de conflito, Israel estendeu suas fronteiras muito além do território que tinha antes, ocupando as colinas de Golã, a Cisjordânia, a faixa de Gaza e a Península do Sinai, aumentando seus territórios em quase 200%.¹⁹⁰

A guerra, conhecida como Guerra dos Seis Dias, gerou novos exilados, mas também fez com que uma grande população de palestinos – mais de um milhão, estivessem em área de ocupação israelense,¹⁹¹ o que se tornaria um problema para o Estado judeu,¹⁹² já que, em seis dias, Israel conquistou um território imenso e não tinha população suficiente para povoá-lo.¹⁹³

Nos anos seguintes, os palestinos tiveram que enfrentar também os árabes que, interessados em recuperar os territórios perdidos na guerra dos seis dias, impunham dificuldades ao movimento de resistência palestina.¹⁹⁴ Enquanto isso, fundamentalistas religiosos judeus afirmavam que tinham direito mesmo a algumas das partes conquistadas, como é o caso da Cisjordânia¹⁹⁵

¹⁸⁸ Foi Nasser quem iniciou a *Jihad*, guerra santa contra Israel. Além disso, o Egito concentrava tanques na península do Sinai e toda manhã aviões egípcios patrulhavam as fronteiras. HILLS, Op. Cit. p.16.

¹⁸⁹ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 216, 217.

¹⁹⁰ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 218 a 220.

¹⁹¹ Six-Day War. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/850855/Six-Day-War>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁹² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 29

¹⁹³ OLIVEIRA, Amaury Porto de. A Fugidia base territorial do Estado Palestino, em: DUPAS, Gilberto(org), VIGEVANI, Túlio (org.). Israel-Palestina: A construção da Paz vista de uma Perspectiva Global.São Paulo: Editora UNESP,2002. P. 310

¹⁹⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 31

¹⁹⁵ Palestine: The Arab-Israeli war of 1967 and its consequences. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45087/The-Arab-Israeli-war-of-1967-and-its-consequencesr>>. Acesso em 03 abr 2014

A resistência estava dividida e a ação se tornava cada vez mais difícil.¹⁹⁶ Enquanto Israel usava violência indiscriminada que fomentava a revolta entre os palestinos, crescia ali o desejo de revolta armada. Nos territórios ocupados por Israel, os palestinos eram reféns, sofrendo abusos sempre que havia ações anti-israelenses em qualquer lugar do mundo. Não ajudava o fato de Israel ignorar resoluções da ONU.¹⁹⁷

A resistência palestina fazia greves, comícios, passeatas, manifestações nos territórios ocupados. Crescia o descontentamento dos palestinos com a ONU, que foi rápida para agir em defesa dos judeus em 48, mas fazia efetivamente pouco pelos palestinos, e com o mundo em geral, pois entendiam que a imprensa só divulgava o ponto de vista sionista¹⁹⁸.

Entre 1969 e 1973 vários grupos apelaram para o terrorismo puro, inclusive o assassinato de 11 atletas da delegação israelense nas Olimpíadas de 72, em Munique, bombardeio de aeroportos e sequestro de aeronaves, cujo propósito era trocar reféns por militantes presos em Israel¹⁹⁹.

Estes [os israelenses] apenas me deixaram uma liberdade: a de me suicidar. E vocês [críticos do terrorismo, “juizes do mundo civilizado”] pretendem – vocês, os especialistas do genocídio – privar-me dessa liberdade? Eles [os israelenses] existem porque matam. Eu me mato, logo existo.²⁰⁰

A OLP nunca assumiu ou controlou o terrorismo. Os militantes explicavam-no como grito dos palestinos impotentes, tentando chamar atenção do mundo.²⁰¹ Em 1970, os países árabes reconheceram a OLP como única e legítima

¹⁹⁶ KHALIDI, Rashid Ismail. Palestine. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/>>. Acesso em 03 abr 2014

¹⁹⁷ Entre estas resoluções, destacamos:

181/47 – Determina a divisão da Palestina em dois Estados independentes, um judeu e um árabe

194/48 – Fala da internacionalização de Jerusalém e do direito dos Palestinos retornarem às suas terras.

242/67 – Reconhece a independência e soberania dos Estados árabes e exige que Israel retire-se dos territórios ocupados.

¹⁹⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 36

¹⁹⁹ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 238.

²⁰⁰ Mahmud Darwish, poeta palestino, citado em YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p36

²⁰¹ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 238.

representante do povo palestino, e a organização adotou tom mais político, abrindo escritórios em vários países e isolando posições mais radicais dentro do movimento²⁰².

Na Jordânia, a Resistência entrava em conflito com o rei Hussein. Este não conseguia não se preocupar por ter um exército alheio em seu território e aqueles desconfiavam de Hussein porque o consideravam aliado dos Estados Unidos.²⁰³ Na sua busca por aumentar sua potência e margem de manobra, a milícia palestina andava armada na capital e algumas das organizações palestinas, como a FPLP²⁰⁴ e FDPLP²⁰⁵, comunistas, tinham ambições de revolucionar completamente o mundo árabe como um todo, vendo como inimigos os governos capitalistas, como o da Jordânia. A Fatah intervivia às vezes, mas os conflitos entre a resistência palestina e a monarquia cresciam.²⁰⁶ Em setembro de 1970, as tropas da monarquia entraram em conflito com a guerrilha, no que ficaria conhecido como Setembro Negro.²⁰⁷ A OLP viveu um período triste, em que perdeu a arduamente construída rede de pequenos hospitais, plantações e escolas.²⁰⁸ A guerrilha foi expulsa do território jordaniano e condenada à clandestinidade, e depois começou a reconstruir sua estrutura no Líbano.²⁰⁹

Vários governantes árabes criticaram as atitudes de Hussein e fizeram pressão para terminar o conflito, cortando relações econômicas com a Jordânia, mas somente a Síria prestou auxílio militar à Resistência. Nasser patrocinou a assinatura de um acordo de paz no Cairo que finalmente cessou o conflito.²¹⁰

²⁰² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 36

²⁰³ Palestine: The PLO's struggle for Palestinian Autonomy. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45090/The-PLOs-struggle-for-Palestinian-autonomy#toc235414>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²⁰⁴ Frente Popular pela Libertação da Palestina. Facção da OLP de esquerda radical, militante, comunista

²⁰⁵ Frente Democrático Popular pela Libertação da Palestina. Facção da OLP, comunista.

²⁰⁶ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 37

²⁰⁷ Palestine: The PLO's struggle for Palestinian Autonomy. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45090/The-PLOs-struggle-for-Palestinian-autonomy#toc235414>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²⁰⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 37

²⁰⁹ ARAGÃO, Maria José. Israel X Palestina: Origens, história e atualidade do conflito. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 49.

²¹⁰ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 37

Os trágicos acontecimentos levaram a Resistência a repensar seus princípios e métodos, e para muitos ativistas gerou a sensação de que os palestinos só podiam contar com eles mesmos, não com os outros países árabes. Outra consequência do Setembro Negro foi que os países árabes, fora Argélia e Iraque, começaram, um ano depois, a considerar alternativas diplomáticas para a solução do conflito.²¹¹

Mais uma guerra de grande porte afetou o Oriente Médio quando, em 6 de outubro de 1973 os árabes atacaram ²¹² Esse era um dia especial para os judeus, por ser o dia do Yom Kippur (O Dia do Perdão), o dia mais sagrado em que os judeus devem jejuar e pedir perdão a Deus por seus erros²¹³, e um dia em que muitos militares estavam de licença.²¹⁴

O ataque aconteceu ao norte, nas colinas de Golã e ao sul, no Sinai. Nas primeiras semanas de guerra, o Egito conseguiu cruzar o canal de Suez e ocupar parte da península do Sinai. Ao norte, contudo, as coisas não foram muito bem e a Síria não conseguiu retomar as colinas de Golã. Sob pressão das superpotências,²¹⁵ a ONU decretou um cessar fogo com a resolução 338/73,²¹⁶ que reforça o cumprimento da 242/67.²¹⁷

Depois do conflito, países árabes que faziam parte da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), interromperam o fornecimento do produto aos Estados que prestaram apoio a Israel, desencadeando uma crise de

²¹¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.38

²¹² VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 230.

²¹³ BANK, Richard; GUTIN, Julie. O livro completo sobre a história e legado dos judeus: de abraão ao sionismo, tudo o que você precisa saber para compreender os principais acontecimentos, personagens e locais. Trad. Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2004. p.118-122, 258

²¹⁴ HILLS, Ken. As Guerras Árabe-Israelenses. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998. p.22

²¹⁵ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 232.

²¹⁶ UN. Resolução 338/67. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/338\(1973\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/338(1973)>). Acesso em 23 mar 2014

²¹⁷ UN. Resolução 242/67. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/242\(1967\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/242(1967)>). Acesso em 23 mar 2014

abastecimento no mundo,²¹⁸ que serviu como lembrete a todos sobre a questão palestina.

A OLP, que já era reconhecida como a legítima representante do povo Palestino²¹⁹, passa, em 1974, a ser observador da ONU.²²⁰ No final do mesmo ano, Yasser Arafat, presidente da OLP, fez um emocionado discurso na Assembleia Geral da ONU,²²¹ em que reafirmou seu propósito de construir na Palestina um Estado laico e democrático, em que judeus, cristãos e muçulmanos pudessem viver em conjunto e em paz, como fizeram por séculos, e disse ao mundo que apesar da mídia tratá-los como terroristas para o mundo, a verdadeira face da OLP era de auto defesa.²²²

Hoje eu trago um ramo de oliveira e a arma de quem luta pela paz.
Não permitam que o ramo de oliveira caia de minhas mãos.²²³

Apesar de tudo, o governo de Israel continuava a construir mais assentamentos e a reprimir manifestações nos territórios ocupados. Diversas organizações internacionais de direitos humanos faziam repetidas denúncias sobre atrocidades cometidas pelo Estado de Israel, além de algumas denúncias feitas por próprios israelenses. As denúncias assumiram tal proporção que algumas comunidades judaicas fora de Israel passaram a avaliar com mais cuidado sua participação, inclusive restringindo envio de ajuda.²²⁴

²¹⁸ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 232, 233

²¹⁹ Jordan: From 1973 to the INTIFĀDAH. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/306128/Jordan/23335/From-1973-to-the-intifadah>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²²⁰ Organização das Nações Unidas. A/RES/3237 (XXIX) Observer status for the Palestine Liberation Organization. Disponível em <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/512BAA69B5A32794852560DE0054B9B2>>. Acesso em 04 abr 2014.

²²¹ Le Monde Diplomatique. Speech by Yasser Arafat. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/arafat74-en>>. Acesso em: 04 abr 2014

²²² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 40

²²³ Célebre trecho do discurso de Arafat diante da Assembleia Geral da ONU em 1974. Tradução livre de “*Today I have come bearing an olive branch and a freedom fighter’s gun. Do not let the olive branch fall from my hand.*” In: Le Monde Diplomatique. Speech by Yasser Arafat. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/arafat74-en>>. Acesso em: 04 abr 2014

²²⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática,1995. p. 41

2.4.2 – Camp David

Na casa de campo da presidência dos Estados Unidos e com o patrocínio do presidente Jimmy Carter, foi assinado, em 17 de setembro de 1978, entre Anwar Sadat pelo Egito, sucessor de Nasser, e Menahem Begin por Israel, o Acordo de *Camp David*. Por este acordo, Israel devolvia a península do Sinai ao Egito²²⁵ e se comprometia a aceitar autonomia progressiva dos palestinos nos territórios ocupados,²²⁶ mantendo, porém, as colônias judaicas.²²⁷ Por este acordo, ambos receberam o Nobel da Paz em 1978.²²⁸ Ficou decidido que durante 5 anos haveria um período de transição, durante o qual, sob os olhos do exército israelense, seria implantando um governo palestino. Este acordo, porém, foi feito sem consulta alguma aos representantes palestinos.²²⁹ O que aconteceu, contudo, foi que Begin passou a incentivar a construção de assentamentos, que aumentaram bastante e mais 30% das terras palestinas na Cisjordânia foram assimiladas.²³⁰

Os países árabes consideraram Sadat um traidor, que assinou um tratado sozinho e foram contra todos os aspectos do acordo. O Egito foi expulso da Liga Árabe e Sadat foi assassinado em outubro de 1981²³¹ por oficiais do Exército que pertenciam a grupos radicais mulçumanos. Uma consequência inesperada do acordo, contudo, foi a reunificação da Resistência palestina, que durante 1978 sofreu com conflitos internos.²³²

²²⁵ Camp David Accords. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/91061/Camp-David-Accords>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²²⁶ Palestine: The Camp David accords and the PLO. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45097/The-Camp-David-Accords-and-the-PLO>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²²⁷ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.45

²²⁸ Camp David Accords. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/91061/Camp-David-Accords>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²²⁹ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 246, 245.

²³⁰ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.46

²³¹ VILELA, Mauriney Eduardo. Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém. São Paulo: iEditora, 2002.p. 247.

²³² YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.46

2.4.3 – A Guerra Civil no Líbano e a invasão de Israel

Após o Setembro Negro, a Resistência palestina se concentrou no Líbano.²³³ No Líbano, desde 1943, o poder político era dividido entre representantes de dois grupos rivais: mulçumanos e cristãos e o equilíbrio entre eles era delicado.²³⁴ Quando a guerrilha palestina, de maioria mulçumana, começou a se estabelecer no sul do Líbano, esse equilíbrio foi perturbado.²³⁵

Enquanto na rígida monarquia jordaniana a construção de uma estrutura estatal entre os refugiados palestinos era quase impossível, no sul do Líbano ela se tornou praticamente uma realidade.²³⁶ Em Beirute, capital do Líbano, os palestinos construíram bases para suas organizações, escolas, hospitais, conjuntos de trabalhadores etc.²³⁷ A população mulçumana libanesa e os esquerdistas apoiavam a causa palestina, usando-a como arma na disputa interna de poder, o que levou a embates entre o exército libanês e os palestinos.²³⁸

Negociações no Cairo deram maior liberdade de ação e organização à Resistência, o que facilitou ataques a partir das fronteiras contra Israel, e essa liberdade era fervorosamente atacada por líderes conservadores.²³⁹ O estopim da tensão foi em 13 de abril de 75, quando militantes da Falange²⁴⁰ metralharam um ônibus, matando 26 militantes palestinos.²⁴¹ A partir deste conflito, ficou impossível conter ataques de ambos os lados, e se, em 1975, Beirute era um centro econômico,

²³³ PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. Le Monde Diplomatique English Version. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

²³⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 43

²³⁵ PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. Le Monde Diplomatique English Version. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

²³⁶ GAWRYCH, George W. Urban Operations: An Historical Casebook. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²³⁷ PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. Le Monde Diplomatique English Version. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

²³⁸ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 43

²³⁹ PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. Le Monde Diplomatique English Version. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

²⁴⁰ Organização libanesa política-paramilitar ultranacionalista de direita, apoiada principalmente por cristãos maronitas.

²⁴¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 44

político e cultural, depois de 75 a cidade foi destruída e o conflito se espalhava pelo resto do país.²⁴²

A Síria, que tinha interesses políticos e territoriais no Líbano, interveio, mediante o envio de 30 mil soldados²⁴³ no país e durante seu primeiro ano de ação buscou aniquilar as forças palestinas, além de separar os conflitos entre a direita cristã e a esquerda muçulmana. O Líbano, que por sua neutralidade era tido como a “Suíça do Oriente Médio”, via seus interventores caminharem para uma solução favorável à direita libanesa.²⁴⁴

Pela segunda vez em muito pouco tempo, a estrutura cuidadosamente formada pela OLP para dar apoio aos palestinos, não só militarmente, estava destruída.²⁴⁵ e os mortos passavam de três mil. O resultado foi catastrófico, e não apenas para a OLP: o exército libanês foi praticamente desintegrado²⁴⁶ e a Linha Verde²⁴⁷ dividiu Beirute em dois lados: ocidental, mulçumano e esquerda; e oriental, cristão e conservador.²⁴⁸

A Resistência atentou contra um ônibus israelense que passava entre Haifa e Telaviv em março de 78. Pouco depois, Israel mandou 28.000 soldados israelenses, que invadiram o sul do Líbano, rumando para os campos palestinos. Sob pressão da ONU, retiraram as tropas e passaram o controle da Região à Saad Hadad, comandante cristão, que se rebelaria em 1979 e passaria a chamar a área no sul do Líbano que ocupava de “Líbano Livre”, aliado de Israel.²⁴⁹

²⁴² GAWRYCH, George W. Urban Operations: An Historical Casebook. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁴³ GAWRYCH, George W. Urban Operations: An Historical Casebook. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁴⁴ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.45

²⁴⁵ PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. Le Monde Diplomatique English Version. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

²⁴⁶ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.45

²⁴⁷ Principal linha de conflito militarizado em Beirute.

²⁴⁸ GAWRYCH, George W. Urban Operations: An Historical Casebook. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁴⁹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.45, 46

Na reunião do Conselho Nacional Palestino, em janeiro de 1980, aumentou o apoio soviético à causa, e mísseis soviéticos foram instalados no vale de Bekaa, no Líbano, causando mais represálias israelenses, que causaram mais reações da Resistência e assim por diante. Em um dos ataques, Israel bombardeou uma universidade em Beirute, matando 300 pessoas e ferindo outras tantas. Em abril de 1982 houve um atentado contra o diplomata israelense em Paris, que desencadeou uma série de bombardeios nos campos palestinos. Um mês depois, povoados israelenses perto da fronteira foram bombardeados.²⁵⁰

Um suposto segundo atentado contra o embaixador israelense em Londres (a OLP foi inocentada. Descobriu-se que o ataque foi feito com o apoio de uma organização, apoiada pelo Iraque, tida como inimiga de Arafat²⁵¹) em 6 de junho de 1982 desencadeou o que Israel chamou de operação Paz na Galiléia, um ataque por água, terra e ar com quase 80 mil soldados, que atravessaram as fronteiras do Líbano e, em uma semana, chegaram a Beirute.²⁵² Nestes trajeto, prenderam 15 mil pessoas pelo caminho, acusadas de terrorismo, e mandaram para prisões em Israel; e destruíram campos de refugiados, hospitais e escolas, deixando um rastro de 20 mil mortos. Durante toda a operação, as tropas interventoras sírias evitaram embate com os israelenses.²⁵³

Ao chegar em Beirute, seu setor oeste foi cercado e os palestinos e seus aliados locais passaram dois meses de cerco e bombardeio,²⁵⁴ sem combustível, munição, energia ou recursos médicos. Forçados a assinar um acordo de cessar fogo, os palestinos negociaram sua saída, por mar, da cidade que por 12 anos foi a principal base da Resistência. A derrota era amarga e deixar o Líbano era difícil,

²⁵⁰ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.47

²⁵¹ GOODARZI, Jubin M. *Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East*. Londres: Tauris Academic Studies, 2006. Disponível em <<http://books.google.co.uk/books?id=Co6YXWrepvYC&pg=PA61#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 014 abr 2014

²⁵² GAWRYCH, George W. *Urban Operations: An Historical Casebook*. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁵³ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.47

²⁵⁴ GAWRYCH, George W. *Urban Operations: An Historical Casebook*. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

mas o acordo garantiria que meio milhão de civis palestinos que não saíram do Líbano ficassem em segurança.²⁵⁵

Apesar do cessar fogo, o Líbano ainda estava ocupado pelas tropas de Israel. Em agosto de 1982, subiu à presidência o líder falangista Bechir Gemayel, inimigo dos palestinos, e em setembro ele foi assassinado²⁵⁶ e sucedido por seu irmão, Amin Gemayel²⁵⁷. A Falange decidiu se vingar e contava com o apoio das tropas de Israel. Durante 2 dias, a Falange atacou o campo de refugiados civis de Sabra e Chatila,²⁵⁸ na periferia de Beirute, depois da retirada dos combatentes palestinos, e massacraram três mil pessoas, adultos e crianças, homens e mulheres, escondendo seus corpos nos escombros das construções demolidas.²⁵⁹

O Exército israelense cerca os acampamentos, desarma, além disso, as milícias libanesas hostis às falanges, coordena a entrada destas nos acampamentos, fornece apoio logístico uniforme e... fecha os olhos e tapas os ouvidos durante as quarenta horas que dura o massacre. Resultado: cerca de três mil civis assassinados numa orgia de morte raramente vista desde a Segunda Guerra Mundial.²⁶⁰

O mundo inteiro ficou indignado com o massacre, e formou-se uma comissão de inquérito em Israel, por pressão internacional, que deixou clara a responsabilidade do Exército.²⁶¹ O movimento pacifista em Israel também cresceu,²⁶² inclusive entre militares.²⁶³

²⁵⁵ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.48

²⁵⁶ GAWRYCH, George W. *Urban Operations: An Historical Casebook*. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁵⁷ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.49

²⁵⁸ GAWRYCH, George W. *Urban Operations: An Historical Casebook*. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

²⁵⁹ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.49

²⁶⁰ YAZBEK, apud Amon Kapeliouk, In: *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.45

²⁶¹ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.49

²⁶² SHINDLER, Colin. *A History of Modern Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p.179, 180. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=U_ukZhiBzykC&dq=history+of+israel&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 03 abr 2014

²⁶³ GAWRYCH, George W. *Urban Operations: An Historical Casebook*. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

Expulsos do Líbano e sem áreas de atuação que não os territórios ocupados, a Resistência passava por profunda reavaliação, após a qual a luta pela terra natal teria um enfoque mais diplomático, o que levou a OLP a se reaproximar do rei Hussein da Jordânia, mas se afastariam de novo em 1984.²⁶⁴

O movimento pacifista em Israel contou com manifestações como o movimento Paz Agora, que levou meio milhão de pessoas às ruas em 1982. Durante os anos 80, houve queda na quantidade de contribuição que judeus do mundo inteiro mandavam ao Estado de Israel, já que a visão das comunidades judaicas pelo mundo mudava ao passo que mais grupos de defesas de direitos humanos divulgavam outros excessos israelenses.²⁶⁵

2.4.5 – A Primeira Intifada

Intifada (انتفاضة) é uma palavra em árabe popularmente traduzida como revolta ou insurreição²⁶⁶ e é associada com algumas revoltas no mundo árabe²⁶⁷, mas no contexto do conflito entre Israel e Palestina, se refere a dois levantes populares, um em 1978, conhecido como primeira Intifada (ou revolta das pedras)²⁶⁸ e outro em 2000, a segunda Intifada (ou Intifada de Al-Aqsa).²⁶⁹

A primeira Intifada foi uma revolta popular desarmada, conhecida como a “revolta das pedras” porque era com apenas paus e pedras que os civis, a princípio crianças e adolescentes e depois de todas as idades, atacavam os soldados e tanques israelenses.²⁷⁰ Os ataques, que aconteciam a todo momento, sob qualquer pretexto, entre 1987 e 1993²⁷¹, começaram num clima de tensão e ataques sucessivos a civis palestinos e israelenses no campo de Jabalaya²⁷². Uma batida

²⁶⁴ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.50

²⁶⁵ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.50

²⁶⁶ Wiktionary. Disponível em: <<http://en.wiktionary.org/wiki/intifada>>. Acesso em 02 nov 2013.,

²⁶⁷ Exemplo em <<http://en.wikipedia.org/wiki/Intifada>>. Acesso em 02 nov 2013

²⁶⁸ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 51

²⁶⁹ BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

²⁷⁰ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 51

²⁷¹ Existe divergência sobre se a primeira intifada terminou em 1991 com a Conferência de Madrid ou em 1993 com os acordos de Oslo, sendo a segunda alternativa a mais aceita.

²⁷² Campo de refugiados palestinos no norte da faixa de Gaaza

entre um carro do exército Israelense e um carro com refugiados matou quatro palestinos, e rumores de que a batida foi proposital²⁷³ rapidamente se espalharam entre os civis, causando revolta.

Em plena Intifada, foi criada uma organização independente da OLP, o Hamas, fundado em 1987. É uma organização fundamentalista islâmica, fundada por palestinos mulçumanos que se opunham ao nacionalismo secular da OLP.²⁷⁴ O responsável por controlar os assuntos religiosos em Gaza até 1994, Cohen, judeu, afirma que Israel incentivava o grupo de fundamentalistas mulçumanos, objetivando enfraquecer a OLP criando divergência entre os palestinos.²⁷⁵

Outra consequência da Intifada, por seu aspecto de luta civil não vinculada a organizações, foi que o mundo ocidental, pela primeira vez, foi convencido que havia dois lados na situação da palestina, e não só o divulgado pelos Estados Unidos, aliados de Israel.²⁷⁶

2.4.6 – Os Acordos de Oslo

Por ser não uma guerra, mas um período com vários ataques civis desarmados e desorganizados, a Intifada não resultou em abandono de tentativas diplomáticas de resolução do conflito. O Conselho Nacional Palestino, em 15 de novembro de 1988 proclamou o Estado Palestino que ao longo dos anos seguintes foi reconhecido pela ONU e quase todos seus Estados Parte. Em uma declaração histórica, Arafat deu a entender que a OLP reconhecia o Estado de Israel, aceitando, após 40 anos, a resolução 181 da ONU, que dividiu a palestina em 2 Estados.²⁷⁷ Foi uma concessão em nome da paz.

²⁷³ Ao contar a história, israelenses afirmam que foi um mal-entendido, que foi apenas um acidente, como pode ser visto na Jewish Virtual Library, Disponível em: <<http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/History/intifada.html>>, acesso em 02 nov 2013.

²⁷⁴ Hamãs. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/253202/Hamas>>. Acesso em: 03 abr 2014.

²⁷⁵ HIGGINS, Andrew. How Israel Helped to Spawn Hamas. The Wall Street Journal Online. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB123275572295011847>>. Acesso em 02 nov 2013

²⁷⁶ HILTERMANN, Joost R. Behind the Intifada: *Labor and Women's Movements in the Occupied Territories*. Princeton: Princeton University Press, 1993. p. X.

²⁷⁷ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.52

Os ataques com pedras pelos palestinos e as represálias de Israel continuavam acontecendo sem que uma desse fim à outra. Yitzhak Rabin, primeiro-ministro de Israel, foi obrigado a rever sua política de repressão violenta e desconsideração da autoridade palestina²⁷⁸, dando novo tom às conversas de paz, que começaram na Conferência de Madrid de 1991. As negociações ganharam fôlego quando o Partido Trabalhista em Israel ganhou as eleições de 1992 flertando com o cancelamento da instalação de novas colônias em território ocupado.²⁷⁹

O ano de 1993 viu grandes promessas. Em Oslo, Noruega, discretas reuniões aconteciam entre representantes de ambos os Estados mediados pela Fafo²⁸⁰, um instituto de pesquisa sobre política internacional. Nesses encontros, foram feitos os rascunhos do Acordo de Oslo I, ou Declaração de Princípios Sobre Autonomia Palestina.²⁸¹ O texto final estava pronto em agosto de 1993.²⁸²

Yasser Arafat, em 9 de setembro do mesmo ano, mandou uma carta ao primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, afirmando que os artigos da Carta Palestina negando a existência de Israel não eram mais válidos. No mesmo dia, Rabin respondeu que o governo de Israel reconhecia a OLP como representante legítima do povo palestino. Quatro dias depois, o acordo Oslo I foi assinado,²⁸³ estabelecendo uma área de governo autônomo aos palestinos na faixa de Gaza e em Jericó.²⁸⁴

O acordo, por conter concessões mútuas, gerou insatisfação em ambos os povos. Entre os Palestinos, a Fatah, liderada por Arafat, apoiava, mas o Hamas²⁸⁵ e a FPLP não. Em Israel, a esquerda apoiava, mas a direita, não.²⁸⁶ O

²⁷⁸ SICHERMAN, Harvey Yitzhak Rabin: An Appreciation. *Peacefacts*. v. 2, n. 3. Novembro 1995. *Foreign Policy Research Institute*. Disponível em: <<http://www.fpri.org/peacefacts/023.199511.sicherman.rabinappreciation.html>>. Acesso em 02 nov 2013.

²⁷⁹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.53

²⁸⁰ Site oficial Disponível em: <<http://www.fafo.no/>>. Acesso em 02 nov 2013

²⁸¹ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.53

²⁸² MATTAR, Philip. *Encyclopedia of the Palestinians*, Revised Edition. Nova Iorque: Infobase Publishing, 2005. p.336.

²⁸³ YAZBEK, Mustafa. Palestinos em Busca da Pátria. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.59

²⁸⁴ Grande Enciclopédia Barsa, op. cit. v.8 p. 226

²⁸⁵ Fatah. In: *Encyclopædia Britannica Online*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/202423/Fatah#ref741623>>. Acesso em: 03 abr 2014.

acordo quase foi cancelado quando um colono judeu fanático, Baruch Goldstein, entrou numa mesquita em Hebron, na Cisjordânia e matou 25 e feriu 125²⁸⁷ mulçumanos no dia do Ramadan.²⁸⁸

Apesar de tudo, as negociações continuaram e culminaram, dois anos depois, com a assinatura do Acordo de Oslo II, que criava a ANP – Autoridade Nacional Palestina, liderada por Arafat, e decidia sobre progressiva autonomia dos palestinos.²⁸⁹ O acordo foi mais ou menos bem sucedido a princípio. Permitiu aos palestinos elegerem seus líderes e deu mais autonomia, ainda que restrita, à Gaza e Jericó. Porém, antes que outras resoluções pudessem ser implantadas, o assassinato de Rabin, que foi sucedido por Benjamin Netanyahu, de direita, e o terrorismo levado adiante pelo Hamas interromperam o progresso.²⁹⁰

2.4.7 – A Segunda Intifada ou Intifada Al-Aqsa

Outro período de insurreição civil palestina, a segunda intifada, aconteceu entre 2000 e 2005. Após Oslo I e II, foram feitos alguns acordos provisórios, que regulamentariam a gradual retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados, mas, passados sete anos, a ocupação continuava.²⁹¹ Neste período, a ANP mostrou certa boa-fé, tentando conter o que se considerava terrorismo entre os palestinos, combatendo os que se opunham aos acordos.²⁹² Enquanto a ANP continha os próprios palestinos em busca da paz, o tempo passava sem que mudanças efetivas fossem vistas, o descontentamento popular crescia.²⁹³

²⁸⁶ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.53

²⁸⁷ ISSACHAROFF, Avi. LEVINSON, Chaim. Settlers remember gunman Goldstein; Hebron riots continue. Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/settlers-remember-gunman-goldstein-hebron-riots-continue-1.263834>>. Acesso em 02 nov 2013.

²⁸⁸ YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p. 55

²⁸⁹ Grande Enciclopédia Barsa, op. cit. v.8 p. 226.

²⁹⁰ ROTHSTEIN, Robert L. *After the Peace: Resistance and Reconciliation*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999. p.68

²⁹¹ BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.30.

²⁹² BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.30

²⁹³ OLIVEIRA, Amaury Porto de. A Fugidia base territorial do Estado Palestino. In: DUPAS, Gilberto(org), VIGEVANI, Túlio (org.). *Israel-Palestina: A construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.311.

Neste clima de tensão, descontentamento e decepção palestina, com Israel e com a liderança de Arafat, aconteceu, em julho de 2000, um segundo encontro em Camp David, com o propósito de levar adiante conversas de paz, mas as negociações foram frustradas e terminaram sem nenhum acordo. A mídia atribuiu culpa à Arafat pelo fracasso nas negociações. Um ano depois do encontro, analisando a repercussão na mídia, Robert Malley, Assistente Especial para os Conflitos Árabe-Israelenses de Bill Clinton na época, que estava presente, enumera perigosos mitos sobre o encontro: que era um teste sobre as intenções de Arafat, que as propostas de Israel contemplavam 99% das aspirações palestinas legítimas, que os palestinos não fizeram concessão alguma.²⁹⁴

Com o fracasso de Camp David, as esperanças de que Israel honraria os acordos e se retiraria dos territórios ocupados desde 67 sumiram e a ANP não viu mais motivo para continuar contendo rebeliões, que desembocaram na segunda Intifada.²⁹⁵

A ONU condenava²⁹⁶ o uso excessivo de força por parte de Israel, mas nada efetivamente era feito a respeito e o Estado seguia impune.²⁹⁷ Contra Israel, contudo estavam as imagens, espalhadas pela mídia, de crianças lutando contra tanques. A solução encontrada por Israel foi divulgar que os culpados pelo assassinato de crianças que jogaram pedrinhas em tanques era não dos tanques, mas dos pais que “mandaram” as crianças para a guerra.²⁹⁸

Yasser Arafat morre, em 11 de novembro de 2004, em um hospital Francês, com 75 anos de vida e 40 na liderança do povo palestino. Quarenta dias de

²⁹⁴ Malley, Robert. Fictions About the Failure At Camp David. The New York Times Online. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/07/08/opinion/fictions-about-the-failure-at-camp-david.html?pagewanted=all&src=pm>>. Acesso em 03 nov 2013

²⁹⁵ BISHARA, Marwan. Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.31

²⁹⁶ Resolução nº 1.322 do Conselho de Segurança de outubro de 2000

²⁹⁷ BISHARA, Marwan. Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.38.

²⁹⁸ BISHARA, Marwan. Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003. passim

luto se seguiram e foi eleito Mahmoud Abbas para ser o novo chefe da OLP²⁹⁹ e em 9 de janeiro de 2009 é também eleito presidente da ANP.³⁰⁰

Alguns atribuem o fim da segunda Intifada à morte de Arafat e os 40 dias. Outra teoria é que o fim veio graças a conferência de Sharm el-Sheikh, em fevereiro de 2005, em que Israel se comprometia a libertar 900 prisioneiros e se retirar de alguns territórios em troca do fim da violência.³⁰¹ Outras opiniões são de que o conflito terminou somente quando Israel evacuou alguns assentamentos em Gaza em agosto de 2005³⁰².

Desde as intifadas, ataques de fundamentalistas mulçumanos, principalmente Hamas e Hezbollah e as represálias de Israel continuam num ciclo de violência e ódio entre os povos. Em 29 de novembro de 2012 a palestina é elevada ao posto de Estado Observador na ONU, apesar de não ser membro.³⁰³

²⁹⁹ BBC News. Veteran Leader Yasser Arafat Dies. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/3984841.stm>>. Acesso em 03 nov 2013.

³⁰⁰ Israel Chronology (Time line) 1993 to Present Day. Zionism-Israel. Disponível em: <http://www.zionism-israel.com/his/Israel_timeline_1993_present.htm>. Acesso em 03 nov 2013

³⁰¹ Israel Chronology (Time line) 1993 to Present Day. Zionism-Israel. Disponível em: <http://www.zionism-israel.com/his/Israel_timeline_1993_present.htm>. Acesso em 03 nov 2013

³⁰² BAROUD, Ramzy. *The Second Palestinian Intifada: A Chronicle of a People's Struggle*. Londres: Pluto Press, 2006. Passim

³⁰³ Resolução 67/19 da Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/19862D03C564FA2C85257ACB004EE69B>>. Acesso em 03 nov 2013

CAPÍTULO 3 – A SITUAÇÃO ATUAL DAS CRIANÇAS NA REGIÃO DA PALESTINA/ISRAEL DE ACORDO COM O COMITÊ DA ONU PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA

Desde que Israel ratificou a Convenção sobre Direitos Humanos da Criança, que criou o Comitê para os Direitos da Criança, e se comprometeu a enviar relatórios, já passaram quatro ciclos de envio.³⁰⁴ O primeiro ciclo, que deveria começar em 1993 foi iniciado em 2001 e durou cerca de um ano. Os ciclos II a IV começaram conjuntamente com um único grande relatório, submetido em junho de 2010, publicado em agosto de 2012, e terminaram em junho de 2013, na sessão 63 do Comitê para Direitos Humanos da Criança. O próximo ciclo está marcado para 2018.³⁰⁵

Ao analisar o primeiro relatório entregue por Israel em 2001, o Comitê condena a ocupação ilegal da Palestina e o fato de que a definição legal de criança é diferente entre crianças israelenses e crianças palestinas. Além disso, em vários pontos do relatório o Comitê recomenda mudanças com relação, principalmente, à diferença de tratamento dispensado às crianças árabes israelenses e árabes palestinas sob ocupação em relação às crianças israelenses, além de reprovar vários aspectos do tratamento dispensado às crianças palestinas em territórios ocupados.³⁰⁶

O ciclo gerado pelo primeiro relatório é bem menor que o do segundo. Não apenas por este relatório englobar três ciclos, mas também pela participação mais expressiva de ONGs e similares. Os documentos apresentados para os ciclos II-IV são: o relatório de Israel, informações dadas por 13 ONGs, uma lista de questões sobre as quais Israel deve prestar informações, a resposta de Israel a esta

³⁰⁴ Tradução nossa de “Reporting Cycle” termo usado para designar o ciclo que cada relatório deve gerar: ser submetido, ser analisado, receber *feedback* etc.

³⁰⁵ Office of the High Commissioner for Human Rights: Reporting status for Israel. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/countries.aspx?CountryCode=ISR&Lang=EN>. Acesso em 10 mar 2014

³⁰⁶ Committee on the Rights of the Child. *Consideration of Reports Submitted by States Parties under article 44 of the Convention – Concluding observations: Israel* (CRC/C/15/Add.195). 31ª sessão. 22 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcy8%2f%2bFNoDHFBj24%2faZANRuzOG6itklQgnHQVejqTHzwzuJSe%2fDdj7hAV0T61AIOlkgp%2bNWJnPilG7zrmBUxRdJqt2OJBAB7>>. Acesso em 10 mar 2014

lista, uma declaração da delegação de Israel bem como a lista de seus membros e, por fim, um relatório com as observações finais e conclusão do Comitê.³⁰⁷

3.1 – As informações prestadas nos ciclos II-IV: por Israel e pelas ONGs

Israel fez um longo relatório para os ciclos II-IV(CRC/C/ISR/2-4 daqui em diante), que surpreendentemente não cita “palestina/palestino” ou “Palestina” nem uma vez em 173 páginas e 947 parágrafos. Usa, às vezes, a palavra “árabe” e menciona o Hamas para explicar o impacto de bombardeios terroristas na vida de crianças israelenses. Muito embora completamente silente sobre sua responsabilidade e impacto como país ocupador na vida de crianças e adolescentes palestinos, o CRC/C/ISR/2-4 é extenso. Aborda, em várias passagens, avanços feitos na proteção dos direitos e inclusão de crianças com necessidades especiais, e sobre os esforços para oferecer saúde, educação e infraestrutura aos beduínos israelenses.³⁰⁸

Após a apresentação do relatório, as ONGs enviaram suas informações ao Comitê ao longo da segunda metade de 2012, para ajudá-lo a elaborar a sua lista de questões, que foi publicada no final de novembro do mesmo ano. Nos ciclos II-IV, 13 organizações participaram. São elas: Adalah³⁰⁹, Al Mezan Centre For Human Rights³¹⁰, Ben Shalem³¹¹, Palestinian Centre for Human Rights,³¹² Child Soldiers

³⁰⁷ Office of the High Commissioner for Human Rights: Reporting status for Israel. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/countries.aspx?CountryCode=ISR&Lang=EN>. Acesso em 10 mar 2014

³⁰⁸ Committee on the Rights of the Child. Consideration of the reports submitted by States parties under article 44 of the Convention; Combined second, third and fourth periodic reports of States parties due in 2008; Israel (CRC/C/ISR/2-4). Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fISR%2f2-4&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014

³⁰⁹ Adalah – The legal Center for Arab Minority Rights in Israel. Organização independente de direitos humanos e ajuda legal, luta pelos direitos dos árabes palestinos vivendo em Israel e pelos dos que vivem em territórios ocupados da Palestina. Site Disponível em: <<http://adalah.org/eng/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁰ Al Mezan Centre For Human Rights, cuja missão é proteger e promover os direitos humanos na faixa de Gaza. Site Disponível em: <<http://www.mezan.org/en/>>. Acesso em 16 mar 2014

³¹¹ Ben Shalem, organização que luta contra a circuncisão de meninos.

³¹² Palestinian Centre for Human Rights, ONG baseada na cidade de Gaza, que busca proteger e promover os direitos humanos. Site Disponível em: <<http://www.pchrgaza.org/portal/en/>>. Acesso em 16 mar 2014.

International,³¹³ Defence for Children International,³¹⁴ Global Initiative,³¹⁵ HaMoked,³¹⁶ Gisha,³¹⁷ Hotline for Migrant Workers,³¹⁸ International Baby Food Action Network³¹⁹ e International Disability Alliance.³²⁰

A Adalah foca na diferença social entre crianças árabe-palestinas e as crianças judias dentro de Israel, em campos como saúde, educação e direito à reunificação entre familiares. Apesar de isso ser insistentemente negado por Israel no CRC/C/ISR/2-4, a Adalah afirma que os árabes em Israel sofrem muito preconceito, sendo vistos como cidadãos de segunda classe.

Com relação ao direito à saúde, o relatório foca em quatro problemas principais: mortalidade infantil e saúde materna; negação do acesso à água, e o tratamento de crianças árabes com deficiências, aspectos em que considera que Israel viola os direitos e preceitos dos artigos 19, 23, 24 e 26 da Convenção. As maiores vítimas são os beduínos, nômades, cujas cidades não planejadas, chamadas por Israel de vilas ilegais ou curiosamente de “*illegal settlements*” não recebem do Estado adequada infraestrutura, o que é especialmente dramático

³¹³ Child Soldiers International, que busca eliminar o recrutamento e uso de pessoas com menos de 18 anos em qualquer tipo de conflito armado. Site Disponível em: <<http://www.child-soldiers.org/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁴ Defence for Children International, organização que busca defender os direitos humanos da criança em todo o mundo. Site Disponível em: <<https://www.defenceforchildren.org/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁵ Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children, uma iniciativa multinacional de vários advogados ao redor do mundo para acabar com todas as formas de punição física contra crianças. Site Disponível em: <<http://www.endcorporalpunishment.org/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁶ HaMoked: Center for the Defence of the Individual, organização de direitos humanos israelense que busca proteger os palestinos dos territórios ocupados. Site Disponível em: <<http://www.hamoked.org/home.aspx>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁷ Gisha: Legal Center for Freedom of Movement, uma ONG israelense que busca promover o direito de ir e vir dos palestinos, especialmente os residentes de Gaza. Site Disponível em: <<http://gisha.org/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁸ Hotline for Refugees and Migrants, uma ONG israelense de proteção ao refugiado e ao trabalhador migrante, também luta contra o tráfico de pessoas. Site Disponível em: <<http://hotline.org.il/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³¹⁹ IBFAN – International Baby Food Action Network, uma rede com 273 grupos de 168 países que busca promover aceitação do aleitamento materno e sua assimilação como norma social. Site Disponível em: <<http://www.ibfan.org/>>. Acesso em 16 mar 2014.

³²⁰ International Disability Alliance. Uma rede de grupos de promoção e proteção de direitos de pessoas com deficiência. Site Disponível em: <<http://www.internationaldisabilityalliance.org/en>>. Acesso em 16 mar 2014.

quanto à falta de água potável e transporte adequado até instalações hospitalares.³²¹

De acordo com os dados citados tanto pela Adalah quanto no CRC/C/ISR/2-4, a cada mil crianças judias nascidas, 2.9 morriam. Entre os beduínos, esse número sobe para assustadores 11.5, e Israel afirma que esta grande diferença é devida, principalmente, ao hábito árabe de fazer casamentos consanguíneos³²² e que continua abrindo Clínicas para a Saúde das Mães e Crianças³²³ nas vilas não autorizadas, sendo isso responsável pela recente queda na taxa de mortalidade infantil dos beduínos.³²⁴ Adalah reconhece a existência de algumas poucas destas clínicas, mas afirma que são de difícil acesso, sem profissionais ou equipamentos adequados, e que Israel culpabiliza hábitos culturais, negando o impacto da negligência estatal no fornecimento de serviços de saúde às comunidades árabes. Outro grande problema, segundo Adalah, é o fato de muitos provedores de serviço médico e administrativos relacionados falarem somente hebraico, não árabe, e a barreira da linguagem torna difícil o atendimento.³²⁵

Muito importante também é a questão do acesso à água. Por não reconhecer várias cidades beduínas, o Estado não oferece acesso água potável, e ainda que a Assembleia Geral da ONU reconheça que o acesso à água potável é essencial à realização dos direitos humanos³²⁶, a Corte do Distrito de Haifa afirma que “o direito à água não é absoluto.”³²⁷ A falta de água potável resulta em desidratação e na necessidade de conseguir a água por métodos improvisados, que

³²¹ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³²² CRC/C/ISR/2-4, §482

³²³ “Mother and Child Health clinics” Clínicas focadas na saúde da mãe e da criança, oferece, entre outros, exams pré-natal, medicina preventiva e imunização de crianças.

³²⁴ CRC/C/ISR/2-4, §481

³²⁵ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³²⁶ Assembleia Geral da ONU. *Resolução 64/292* (A/RES/64/292). Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292>. Acesso em 17 mar 2014.

³²⁷ CRC/C/ISR/2-4, §571

por sua vez aumentam os riscos de contaminação da água e suas conseqüentes doenças, como disenteria.³²⁸ Israel não nega essa falta de infraestrutura, mas considera “praticamente impossível” fornecer água a estas populações por sua natureza nômade e dinâmica,³²⁹ mas que elas são oferecidas nas cidades reconhecidas ou legais.

A Adalah também aponta violações por Israel dos artigos 8, 28, 29, 30 da Convenção, referentes ao direito à educação. Os dados mostrando o rendimento escolar, os índices de abandono de estudo, tempo de estudo e graduação de ensino médio são todos bem diferentes entre judeus e árabes, o que, segundo a Adalah, demonstra discriminação institucional na prática, ainda que não existente nas leis.³³⁰ Israel reconhece que o número de estudantes por sala é maior em escolas para árabes que nas escolas para judeus,³³¹ que seria benéfico que as escolas fossem mais heterogêneas.³³² A Adalah atribui parte da diferença ao fato de que Israel investe muito mais nos estudantes judeus que nos árabes, desproporcionalmente, e chama atenção para o fato de que a situação é ainda mais precária nas poucas escolas disponíveis nas cidades beduínas não reconhecidas. A Adalah conclui que há uma discriminação sistemática, que viola o artigo 28³³³ da Convenção. No CRC/C/ISR/2-4, parágrafos 626 e seguintes, Israel lista uma série de programas de 2010 para tentar combater as diferenças.

Adalah também acusa Israel de ativamente tentar apagar a cultura palestina usando a educação com plataforma política, ao determinar que o currículo seja voltado mais para história dos judeus, sem dar liberdade para que se ensine a

³²⁸ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³²⁹ CRC/C/ISR/2-4, §564

³³⁰ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³³¹ CRC/C/ISR/2-4, tabela 37, página 121.

³³² CRC/C/ISR/2-4, §624

³³³ Artigo 28, 1: Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades.

história do povo palestino. Inclusive, aponta uma lei, chamada de “Lei de Nakba” que proíbe o uso da palavra “*Nakba*”³³⁴ em livros escolares e estabelece uma multa atodas as instituições públicas que tratarem o dia da independência como dia de luto.³³⁵ Com relação ao status da cultura e língua árabe, o CRC/C/ISR/2-4 cita, em 3 parágrafos, a recente abertura da Academia da Língua Árabe.³³⁶

Adalah questiona, por fim, a “lei de cidadania” pela qual, nem por casamento com um cidadão de Israel, um morador dos territórios ocupados pode ganhar nacionalidade ou mesmo visto de permanência em Israel, separando famílias que são, em sua vasta maioria, árabe palestina. Os parentes não cidadãos de Israel ficam, portanto, dependente de vistos temporários, difíceis de conseguir e que não permitem trabalho.³³⁷ Esta violência foi também relatada pelo relatório da Al Mezan.³³⁸ Grande contraste com, por exemplo, a Lei do Retorno, que permite a qualquer um, de qualquer lugar, desde que judeu, se torne cidadão de Israel. Em seu relatório, com relação ao artigo 10 da Convenção, que trata sobre direito à reunificação familiar, Israel fala quase que exclusivamente sobre a lei de retorno.³³⁹ A recusa em permitir a reunificação familiar de palestinos de dentro com os de fora de Israel já foi condenada e considerada discriminatória e danosa pelo Comitê da ONU contra a Discriminação Racial,³⁴⁰ pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU,³⁴¹

³³⁴ Nakba (النكبة), ou “catástrofe” é como os palestinos e outros árabes chamam o dia da independência de Israel, posto que milhares de Palestinos foram expulsos de sua terra e proibidos de voltar. No dia em que os judeus comemoram a independência de Israel, muitos árabes palestinos tratam o dia como um dia de luto e reflexão.

³³⁵ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³³⁶ CRC/C/ISR/2-4, §§691, 692, 693.

³³⁷ Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Outubro de 2012. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014.

³³⁸ Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³³⁹ CRC/C/ISR/2-4, §§375, 376

³⁴⁰ ONU. Concluding Observations of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination—Israel, CERD/C/ISR/CO/14-16, §18. Disponível em:

pelo Comitê da ONU sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,³⁴² e pelo Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra Mulheres.³⁴³

Ainda no tema de reunificação familiar, outra situação dramática é a de famílias divididas entre a Cisjordânia e a faixa de Gaza, como abordado pelo relatório conjunto das organizações *HaMoked* e *Gisha*. Israel, que controla a entrada e saída de pessoas no território ocupado, apenas permite a reunificação de família neste cenário se, e somente se: a pessoa buscando se mudar não oferece risco ao Estado de Israel; se for órfão menor de 16 anos pretendendo morar com o único parente vivo, paciente com doença crônica ou idoso inválido com intenção de ser cuidado por um parente de primeiro grau, e; se não houver nenhum parente de qualquer grau que possa assumir os cuidados desta pessoa. Condições extremamente restritivas, que limitam não só o direito de ir e vir, como o direito à reunificação familiar.³⁴⁴ Esses mesmos problemas foram levantados no relatório da *Al Mezan*.³⁴⁵

O relatório da *Hotline for Migrant Workers* levanta alguns assuntos bem delicados, como a detenção de crianças que entram ilegalmente em Israel buscando asilo, assim como suas famílias, se vierem; a recusa de Israel em dar certidões de nascimento com dados para identificação da criança e nome de ambos os pais,

<<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/CERD.C.ISR.CO.14-16.pdf>>. Acesso em 18 mar 2014.

³⁴¹ ONU. Concluding Observations of the Human Rights Committee—Israel, CCPR/C/ISR/CO/3, §15. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/51410EBD25FCE78F85257770007194A8>>. Acesso em 18 mar 2014.

³⁴² ONU. Concluding Observations of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights—Israel, E/C.12/ISR/CO/3, § 20. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/co/E-C-12-ISR-CO-3_en.doc>. Acesso em 18 mar 2014.

³⁴³ ONU. Concluding Observations of the Committee for the Elimination of Discrimination Against Women—Israel, CEDAW/C/ISR/CO/5, §24. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/co/CEDAW-C-ISR-CO-5.pdf>>. Acesso em 18 mar 2014.

³⁴⁴ HaMoked e Gisha. Procedure separating parents from children in the occupied Palestinian territory: Submitted for consideration together with Israel's 2nd Periodic Report on implementation of the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13820&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁴⁵ Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

forneendo apenas a cópia de um documento escrito à mão atestando o nascimento de uma criança, com os dados da mãe, e sem os do pai, a menos que paguem por um caro exame de DNA; que no centro de detenção *Saharonim*, para onde são mandados os que entram em Israel ilegalmente em busca de asilo, médicos independentes não são permitidos e não existem ginecologistas na ala feminina, apesar de boa parte das detidas serem vítimas de estupro por parte dos atravessadores (pessoas que prometem o transporte de pessoas para dentro de Israel), que o acesso à saúde e educação das crianças nesses centros de detenção é muito precário; que crianças, principalmente meninas, após serem sequestradas e traficadas para Israel, são mantidas em centros de detenção e prisões e não recebem nenhum acompanhamento psicológico.³⁴⁶ Israel não nega que os que entram ilegalmente são mantidos em centros de detenção, mas pela legislação, as crianças devem ser colocadas em instituições apropriadas.³⁴⁷

A Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children, afirma que, apesar da proibição legal contra punição corporal de crianças, ela ainda é muito comum nos sistemas prisionais dentro de Israel e nos territórios ocupados.³⁴⁸ No seu relatório, sobre a punição corporal de crianças, Israel reconhece que deve ser banido, mas não menciona o uso de punição corporal em centros de detenção.³⁴⁹

Al Mezan Centre for Human Rights denuncia que Israel controla a os territórios que ocupa, mas não garante nenhum dos direitos humanos aos habitantes destes territórios e que as leis israelenses não se aplicam às crianças palestinas, além de afirmar que Israel se recusa a divulgar qualquer dado estatístico com relação à qualidade de vida daqueles que domina. Al Mezan também acusa Israel de não responsabilizar militares ou colonos pela morte de nenhuma criança

³⁴⁶ Hotline for Migrant Workers. *Written submission: pre-session of the 2nd periodic review – Committee of the right of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13822&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁴⁷ CRC/C/ISR/2-4, §§944 e seguintes.

³⁴⁸ Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. *Briefing on Israel for the Committee on the Rights of the Child, professional working group*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13819&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁴⁹ CRC/C/ISR/2-4, §§25 a 30.

Palestina.³⁵⁰ Israel não responde perguntas ou apenas diz que os tratados que assina não se aplicam aos territórios ocupados.³⁵¹

Al Mezan ainda mostra dados sobre o impacto da severa restrição de entrada de pessoas e itens na faixa de Gaza, principalmente com relação à saúde, não só porque vários equipamentos médicos e remédios são proibidos de entrar em Gaza, mas também porque a falta de energia e água aumenta a incidência de várias doenças. Além disso, as proibições quanto à importação de alimentos, em conjunto com a destruição de plantações pelo exército de Israel causaram aumento significativo no número de crianças sofrendo com desnutrição. O impedimento na entrada de itens inclui, também, materiais de construção. Um outro lado do excessivo controle é que é muito difícil aos palestinos irem até Jerusalém oriental para receber tratamento médico indisponível nos territórios ocupados da Palestina.³⁵²

Registraram-se vários ataques feitos a escolas nos territórios ocupados, antes, durante e depois da Operação “*Cast Lead*,”³⁵³ tanto pelas tropas militares quanto pelos colonos de assentamentos judeus. Além disso, a demora e burocracia nos vários *checkpoints* constantemente causam longos atrasos aos estudantes tentando chegar à escola.³⁵⁴

³⁵⁰ Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁵¹ CRC/C/ISR/Q/2-4. Add. 1, questão #2.

³⁵² Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁵³ Mais um dos vários conflitos recentes entre os territórios ocupados da Palestina e Israel. Aconteceu no final de 2008/início de 2009. Ataques massivos com uso excessivo de força por Israel, causou destruição de várias escolas da UNRWA, hospitais, reservatórios de água, equipamentos de agricultura e pesca, além de demolição de casas. Gerou um relatório da ONU (A/HRC/12/48). Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/25184e52d3e5cdba8525763200532e73?OpenDocument>>. Acesso em 16 mar 14.

³⁵⁴ Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014.

O *Palestinian Centre for Human Rights* se propõe a citar algumas violações da Convenção por parte de Israel nos territórios ocupados, e começa seu relatório³⁵⁵ dizendo:

Como sustentado pela Corte Internacional de Justiça em sua Opinião Consultiva sobre O Muro, Israel – como o Poder Ocupador na Faixa de Gaza – está sujeito às obrigações específicas que surgem da legislação internacional humanitária e leis internacionais de direitos humanos. Isso inclui a obrigação oriunda da Convenção sobre os Direitos da Criança [Tradução nossa]³⁵⁶

O relatório do *Centre for Human Rights* cita alguns dados e testemunhos de prisões arbitrárias de menores, que ocorrem sem notificação de responsáveis e com uso excessivo de violência, de crianças e adolescentes interrogados sem a presença ou notificação dos responsáveis ou advogados, além de muitos testemunhos de abuso físico aleatório e tratamento e condições humilhantes.³⁵⁷ Uma organização Israelense, chamada *Breaking the Silence*,³⁵⁸ se dedica à denúncia de violações de direitos humanos no território ocupado, também através de depoimentos, mas dados por soldados Israelenses. Alguns destes depoimentos demonstram grave violação dos direitos humanos das crianças.³⁵⁹

Assim como *Al Mezan*, o *Palestinian Centre for Human Rights* denuncia também a precariedade na saúde nos territórios ocupados, pela proibição de importação de produtos médicos, falta de água potável e energia, desnutrição

³⁵⁵ Palestinian Centre for Human Rights. Submission to the 62-63rd Session of the Committee on the Rights of the Child: Report of Israel under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13816&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁵⁶ No original “As upheld by the International Court of Justice in its Advisory Opinion on The Wall, Israel – as the Occupying Power in the Gaza Strip – is subject to specific obligations arising from international humanitarian law and international human rights law. This includes obligations arising from the Convention on the Rights of the Child (CRC)” Palestinian Centre for Human Rights. Submission to the 62-63rd Session of the Committee on the Rights of the Child: Report of Israel under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13816&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁵⁷ Palestinian Centre for Human Rights. Submission to the 62-63rd Session of the Committee on the Rights of the Child: Report of Israel under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13816&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁵⁸ Breaking the Silence. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/>>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁵⁹ Breaking the Silence. *Testimonies on mistreatment of Palestinian Children and youth*. Disponível em: <<http://www.breakingthesilence.org.il/testimonies/videos>>. Acesso em 19 mar 2014.

generalizada, demolição de casas (e proibição na importação de materiais para reconstruí-las), ataques feitos a escolas, inclusive às alas de pré-escola, além de mortes de crianças não envolvidas em conflitos.³⁶⁰

O relatório da *Child Soldiers International* tem três focos: o fato de que menores de 18 anos podem se juntar voluntariamente às forças militares de Israel, a venda de armas por Israel para países que são conhecidos por violações ao Protocolo Opcional sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados e as escolas militares, que aceitam crianças a partir de 13 anos. Quanto à responsabilidade de Israel pelo uso de crianças palestinas como escudo e outras preocupações relacionadas, é apenas mencionada na introdução e faz referência ao relatório da *Defense for Children International – Palestine Section*(DCI-P).³⁶¹

A DCI-P, por sua vez, assim como grande parte das ONGs e apesar de ter o mais longo dos relatórios, não se propõe a analisar todas as violações à Convenção, apenas as mais urgentes. Cita a grande quantidade de crianças palestinas, que não estavam envolvidas em conflitos, mortas pelo exército de Israel, também o alto número de crianças que são assassinadas ou ilegalmente presas por estar “perto demais da fronteira.” Também faz denúncias quanto ao sistema de prisão e julgamento militar, no qual não há restrição sobre quanto tempo uma criança pode ficar presa sem acesso a um advogado.³⁶²

A organização enumera várias decisões que aparentam ser um progresso, mas na prática não se aplicam, por exemplo, somente em 2009 foi criada uma Corte Militar Juvenil, mas que crianças não precisam, necessariamente, ser julgadas por esta corte. Outro aparente progresso foi feito em 2011, ano até qual a

³⁶⁰ Palestinian Centre for Human Rights. Submission to the 62-63rd Session of the Committee on the Rights of the Child: Report of Israel under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13816&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁶¹ Child Soldiers International. Report to the Committee on the Rights of the Child in advance of Israel's second periodic report under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/research_report_reader.php?id=548>. Acesso em 19 mar 2014.

³⁶² Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014.

maioridade penal para crianças palestinas era 16 anos, mas agora começa a acompanhar a lei israelense e passa a ser 18 anos, a evolução, porém, faz pouca diferença na prática. Na tabela número 4 do relatório da DCI-P, baseado na ordem militar 1651: Nenhuma criança com menos de 11 anos deve ser presa ou julgada; crianças de 12 a 13 anos podem ficar presas por um período máximo de 6 meses; de 14 a 15 anos podem ficar presa por no máximo um ano, a menos que o crime que cometeram tenha pena máxima de 5 anos ou mais; e de 16 a 17 anos são tratadas como adultas;³⁶³

O CRC/C/ISR/2-4 explica que, de acordo com a mais recente legislação, a criança presa pela polícia tem direito a que seus pais sejam contatados e deve ser informada do seu direito a um advogado. Além disso, antes de ser presa, uma criança pode ser chamada se estiver sob investigação e não é necessário avisar os pais se, entre outras possibilidades alternativas, houver risco da segurança nacional.³⁶⁴ A DCI-P aponta que as falhas nessa legislação são: ela se aplica a polícia, e as prisões no território ocupado são quase que exclusivamente feitas por militares, que não há especificação de *quando* a criança deva ser informada do seu direito a um advogado, que a criança deve fornecer as informações sobre advogado, sendo útil somente se a criança tiver sempre à mão informações de contato de um advogado.³⁶⁵

Como algumas outras ONGs, a DCI-P denuncia casos de maus tratos e até de tortura de crianças nas prisões militares com base nos testemunhos colhidos individualmente de 311 crianças. Durante as prisões, muitas vezes feitas durante à noite, crianças são tiradas sem explicação de suas casa, têm as mãos amarradas e olhos vendados e no trajeto até seu destino final geralmente sofrem abuso físico

³⁶³ Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en >. Acesso em 19 mar 2014.

³⁶⁴ CRC/C/ISR/2-4, §§41-55

³⁶⁵ Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en >. Acesso em 19 mar 2014.

e/ou verbal. O interrogatório é muitas vezes violento e várias crianças são forçadas a assinar confissões em hebreu, língua que não entendem. Cinquenta destas crianças, inclusive, alegam terem sido mantidas em confinamento solitário por até 9 dias antes de serem interrogadas uma segunda vez. Além disso, algumas crianças são presas administrativamente por até seis meses, prorrogáveis indefinidamente. Essas prisões administrativas são comumente com base em “evidência secreta” que não é divulgada aos acusados ou seus advogados, impossibilitando a defesa. A DCI-P, contudo, reconhece que nos últimos anos houve uma queda bastante considerável no número de prisões administrativas de crianças.³⁶⁶

Uma vez condenadas, contrariando à quarta convenção de Genebra, as crianças são normalmente transportadas para cumprir pena dentro de Israel, o que dificulta muitíssimo a visita e o contato com a família. Enquanto presas, apesar de terem direito à mesma educação destinada aos prisioneiros israelenses, por “razões de segurança” há grande limitação na quantidade de aulas que as crianças palestinas recebem. As aulas limitadas, ademais, estão disponíveis somente em centros de detenção de meninos, nas prisões para meninas, não está disponível.³⁶⁷

Nos territórios ocupados, duas leis operam para dois grupos diferentes: nos assentamentos de colonos a lei civil de Israel e para os palestinos, a lei militar. Duas crianças morando no mesmo território e que cometam a mesma ofensa são julgadas de acordo com duas leis diferentes, sendo que a lei civil israelense dá muito mais garantias e proteções. Ainda com relação aos assentamentos, o relatório chama atenção para o fato de que os colonos israelenses estão frequentemente envolvidos em violência contra palestinos, inclusive crianças, e que quase nunca são

³⁶⁶ Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en >. Acesso em 19 mar 2014.

³⁶⁷ Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en >. Acesso em 19 mar 2014.

responsabilizados. A não responsabilização de soldados também é largamente mais comum que sua responsabilização.³⁶⁸

3.2 – A Lista de Questões e a resposta de Israel

A falta de informações sobre as crianças palestinas no CRC/C/ISR/2-4 é obviamente notada e o Comitê exige explicações a respeito do que acontece nos territórios ocupados da Palestina em boa parte das 22 questões, pedidos de vários dados estatísticos e atualização sobre algumas regulações e medidas.³⁶⁹ O Comitê, na sua lista de questões, aponta que, de acordo com a lei internacional, o território ocupado da Palestina está sob a jurisdição de Israel, que deve, portanto, prestar informações também a respeito desta região:

É pedido ao Estado Parte que submeta por escrito informações adicionais atualizadas, se possível antes de 1º de fevereiro. A Informação deve incluir informações sobre todos os territórios sob a jurisdição do Estado Parte, em acordo com a legislação internacional, incluindo os Territórios Palestinos Ocupados (Cisjordânia, inclusive Jerusalém oriental e a Faixa de Gaza) e os territórios sírios em Golã. [Tradução nossa]³⁷⁰

Israel rebate essa afirmação alegando que nunca fez nenhuma declaração em que criasse para si o dever de aplicar a Convenção na margem ocidental e que, como nunca declarou esta intenção espontaneamente e de boa vontade, não tem nenhuma obrigação:

³⁶⁸ Defence for Children International – Palestine Section. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em:

http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fINGO%2fISR%2f13818&Lang=en. Acesso em 19 mar 2014.

³⁶⁹ Committee on the Rights of the Child. List of issues to be taken up in connection with the consideration of the combined second, third and fourth periodic reports of Israel, adopted by the Committee at its pre-sessional working group for the sixty-second and sixty-third sessions (CRC/C/ISR/Q/2-4). Disponível em:

http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fISR%2fQ%2f2-4&Lang=en. Acesso em 13 mar 2014.

³⁷⁰ No Original: "The State party is requested to submit in writing additional, updated information, if possible before 1February 2013. Information should include information on all territories under the State party's jurisdiction in accordance with international law, including the Occupied Palestinian Territory (West Bank, including East Jerusalem and the Gaza Strip) and the Occupied Syrian Golan." In CRC/C/ISR/Q/2-4

Ademais, Israel nunca fez uma declaração específica em que se reservasse o direito de estender a aplicação da Convenção com relação à Cisjordânia. Claramente, conforme os princípios básicos de interpretação de tratados, e na ausência de tal declaração feita voluntariamente, a Convenção, que é uma Convenção limitada territorialmente, não se aplica, nem deveria se aplicar, a área além do território nacional. [Tradução nossa]³⁷¹

Apesar de se considerar isento de qualquer responsabilidade de garantir a aplicação da Convenção, Israel responde às questões levantadas, com maior ou menor grau de evasividade³⁷². Em sua resposta, Israel enunciou suas legislações contra discriminação de qualquer tipo, alegando que essas leis eram válidas em toda a sua jurisdição, apresentou dois casos de discriminação racial, mas ambos aconteceram em cidades dentro de Israel. Respondendo à pergunta sobre “legislação, políticas e programas para prevenir discriminação contra árabes israelenses, beduínos, etíopes e outras minorias”³⁷³ Israel apenas repetiu informações sobre alguns dos programas que busca divulgar a Convenção e alguns outros programas que buscam dar destaque aos direitos humanos. Nada, contudo, específico.³⁷⁴

O Comitê pede informações sobre progressos quanto à implementação da Declaração de Durban e Programa de Ação, adotada em 2001 na Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias

³⁷¹ No Original: “Furthermore, Israel has never made a specific declaration in which it reserved the right to extend the applicability of the Convention with respect to the West Bank. Clearly, in line with basic principles of interpretation of treaty law, and in the absence of such a voluntarily-made declaration, the Convention, which is a territorially bound Convention, does not apply, nor was it intended to apply, to areas outside its national territory.” Committee on the Rights of the Child. List of issues to be taken up in connection with the consideration of the combined second, third and fourth periodic reports of Israel (CRC/C/ISR/2-4) – Addendum: Written replies of Israel* (CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1). Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fISR%2fQ%2f2-4%2fAdd.1&Lang=en>. Acesso em 13 mar 2014

³⁷² Nas conclusões do Comitê, no terceiro parágrafo, este aponta expressamente uma persistência de Israel em dar informações a respeito dos territórios que ocupa, mais sobre isso no tópico III deste capítulo.

³⁷³ No original: “Legislation, policies and programmes to prevent discrimination, against Arab Israeli, Bedouins, Ethiopians and other minorities”. Questão no CRC/C/ISR/Q/2-4/

³⁷⁴ CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

Relacionadas.³⁷⁵ Israel responde que se absteve de participar da Declaração, pois considerava o teor das discussões altamente antissemita, mas que faz muitos esforços para apoiar a necessária luta contra a discriminação racial, principalmente contra o antissemitismo.³⁷⁶

A respeito do direito de crianças Palestinas e imigrantes ilegais a uma identidade, Israel afirma que, apesar de não prover uma certidão de nascimento ou um passaporte, dá a estas crianças um documento certificando que nasceram com vida.³⁷⁷ Desde 1995, resultado dos acordos de Oslo I, A Autoridade Palestina emite “passaportes”, que apesar do valor simbólico, não são mais do que uma autorização de viagem, que não conferem cidadania, nem são reconhecidos como passaporte, pois não são emitidos pelo governo de um país. A Autoridade Palestina também não faz controle das fronteiras³⁷⁸ e como o controle de fronteiras é totalmente comandado por Israel, várias restrições se aplicam à reunião de familiares entre Gaza e a Margem Ocidental, ou entre israelenses e estes, nos termos da “*Citizenship Law*”, cuja inconstitucionalidade foi contestada, mas negada.³⁷⁹

Ainda que progressos sejam notados na maioria dos dados apresentados nas várias tabelas ao longo do CRC/C/ISR/2-4, os indicadores sociais quase sempre demonstram grande diferença entre as populações árabes-israelenses e judias.

Apesar de não haver segregação institucional, judeus e árabes escolheram viver separados em quase todas as cidades. **Todos os israelenses reconhecem que vilas árabes historicamente receberam menos investimentos que áreas judias e que isso afetou a qualidade das escolas, infraestruturas e serviços sociais árabes. Os árabes também estão sub-representados no ensino superior e na maioria das indústrias.** Judeus e árabes israelenses têm muito pouco contato uns com os outros. A maioria dos jovens estudam em escolas primárias e ensinos médios diferentes e podem não ter contato com o outro até a faculdade; até lá, muitas opiniões preconcebidas se formaram. Essa

³⁷⁵ Organização das Nações Unidas. *Declaração de Durban e Programa de Ação*. Disponível em: <<http://www.un.org/WCAR/durban.pdf>>. Acesso em 15 mar 2014

³⁷⁶ CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

³⁷⁷ CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

³⁷⁸ United States Bureau of Citizenship and Immigration Services, *Palestine/Occupied Territories: Information on passports issued by the Palestine National Authority*, 17 December 1998, PAL99001.ZCH. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3df0b9914.html>>. Acesso em 16 mar 2014.

³⁷⁹ CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

falta de interação aumenta as tensões entre as duas comunidades.
[Tradução e grifo nossos]³⁸⁰

No CRC/C/ISR/Q/2-4, o Comitê pede mais informações sobre o que está sendo feito para reduzir a diferença na taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida entre judeus e as minorias de Israel.³⁸¹ Israel afirma que estes é um dos maiores desafios da administração atual e que várias medidas e investimentos são feitos para reduzir a desigualdade dentro do Estado³⁸²

Quando são pedidos esclarecimentos sobre demora e falta de serviços médicos, remédios e suprimentos médicos nas Colinas de Golã e nos territórios ocupados da Palestina, Israel é bastante evasivo, falando que o direito à saúde é garantido aos cidadãos de Israel pelo plano de saúde dado pelo governo aos seus cidadãos.

Resposta às questões levantadas na parte I, parágrafo 9, da lista de questões, incluindo:

- a. Demoras e interferências com pessoal médico e pacientes em pontos de inspeção israelense;**
- b. Escassez de suprimentos médicos básicos, incluindo medicamentos essenciais; e**

As Colinas de Golã

Todo cidadão e residentes permanentes de Israel têm seguro de saúde dado pelo Governo. Organizações para a manutenção à saúde abriram várias clínicas médicas em todas as áreas populadas nas Colinas de Golã (incluindo centros cirúrgicos privados). Não há nenhuma demora na evacuação de hospitais e não existem barricadas ou pontos de inspeção na área que pudessem causar alguma demora.

Os “territórios ocupados da Palestina”

³⁸⁰ No original: “While there is no institutional segregation, Jews and Arabs have chosen to live separately in all but a handful of cities. Israelis all recognize that Arab villages have historically received less funding than Jewish areas and this has affected the quality of Arab schools, infrastructure and social services. Arabs are also underrepresented in higher education and most industries.

Israeli Jews and Arabs have surprisingly little contact with each other. Most young people study at different elementary and secondary schools and may not come into contact with one another until college; by then, many preconceived opinions have been formed. This lack of interaction exacerbates tensions between the two communities.” In BARD, Dr. Mitchell G. Israeli Arabs: Status of Arabs in Israel. Disponível em <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/arabstat.html>. Acesso em 13 mar 2014.

³⁸¹ CRC/C/ISR/Q/2-4, parágrafo 8.

³⁸² CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

Por favor, veja a resposta à questão número 2 acima. [Tradução nossa]³⁸³

A resposta à questão número dois a que se refere o CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1 é a afirmação por Israel de que não tem nenhuma obrigação para com as crianças palestinas posto que não declarou em nenhum momento que a assinatura da Convenção se estendia à elas. A resposta, curta e fugindo do assunto para as Colinas de Golã e virtualmente inexistente para os territórios ocupados (entre aspas), é literalmente a mesma quando o Comitê pergunta sobre plano de transferência de pacientes nos territórios ocupados para hospitais dentro de Israel, a não ser por uma frase a mais: “os Residentes de Golã recebem o mesmo tratamento médico que todos os outros cidadãos de Israel”.³⁸⁴

Questionados sobre acesso à água e estruturas sanitárias no território, Israel menciona apenas a difícil situação dos beduínos-israelenses, aos quais dedicou vários parágrafos no seu CRC/C/ISR/Q/2-4, sem dar nenhuma clarificação a respeito das crianças palestinas.

Esse padrão se repete invariavelmente ao longo de todo o CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1: responder às perguntas como se os territórios ocupados não existissem e, quando inevitável falar sobre eles, responder apenas com “*Please see the response to Question #2 above*”, como ao ser expressamente perguntados sobre: a) demolição de casas palestinas e programas de prevenção e compensação; b) altos índices de pobreza e necessidade de doação de alimentos aos territórios palestinos; c) educação e quantidades de escolas em território palestino, assim como medidas para prevenir ataques de soldados a escolas palestinas; d) medidas

³⁸³ No original: “**Reply to the issues raised in part I, paragraph 9, of the list of issues, including:**
a. Delays of, and interference with, medical personnel and patients at Israeli checkpoints;
b. Shortages of basic medical supplies, including essential medicines; and

The Golan Heights

Every citizen and permanent residents of Israel has medical insurance given by the Government. Health Maintenance organizations (HMO's) have opened several medical clinics in all populated areas in the Golan Heights (including private surgical centres). There are no delays in evacuating to hospitals and there are no barricades or checkpoints in the area that could cause any delays.

The “Occupied Palestinian Territory”

Please see the response to Question #2 above.”

In CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

³⁸⁴ No original: “Residents of the Golan receive the same medical treatment as all other citizens of Israel.”

para prevenir violência de colonos³⁸⁵ contra crianças; e) medidas implementadas sobre as recomendações que o Comitê fez no primeiro ciclo sobre as práticas de prisão e interrogatório de crianças palestinas pelas forças israelenses; f) se Israel continua a processar crianças palestinas criminalmente em cortes militares e detê-las administrativamente, e se sim, quais as idades e por quais crimes; g) medidas para prevenir colocação de crianças na solitária, prisão sem notificação dos pais e a transferência de crianças do Território Palestino Ocupado para Israel, contrariando a Quarta Convenção de Genebra; h) medidas tomadas para responsabilizar soldados das forças israelenses que machucarem ou matarem crianças no território ocupado; i) passos tomados para evitar que o exército Israelense continue usando crianças palestinas como escudo, prática que a alta Corte de Israel considerou ilegal, de acordo com as recomendações feitas pelo Comitê no ciclo do Protocolo Opcional da Convenção sobre os Direitos Humanos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados;³⁸⁶ j) prevenção e criminalização do recrutamento e uso de menores em conflitos armados na Palestina, e; k) resultado das investigações sobre violação do direito das crianças na Guerra de Gaza, ou “Operação Cast Lead.”³⁸⁷

3.3 – As conclusões do Comitê para os Direitos da Criança

Um mês antes de serem publicadas as observações finais e conclusões do Comitê,³⁸⁸ a delegação de Israel publicou uma declaração oficial, expressando a grande preocupação que Israel tem com relação aos ataques que sofre dos territórios que ocupa, e que apesar de desejar a paz, sua preocupação principal deve ser com a segurança de seus nacionais. Além disso, eles afirmam que não têm

³⁸⁵ No original “settlers”, moradores dos “settlements” ou assentamentos, comunidades civis judias construídas nos territórios palestinos ocupados, a princípio, na guerra dos seis dias.

³⁸⁶ CRC/C/OPAC/ISR/CO/1, §§. 24 e 25. Disponível em <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fOPAC%2fISR%2fCO%2f1&Lang=en>. Acesso em 16 mar 2014

³⁸⁷ CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1

³⁸⁸ UN Committee on the Rights of the Child. *Concluding observations on the second to fourth periodic reports of Israel, adopted by the Committee at its sixty-third session*(CRC/C/ISR/CO/2-4). Disponível em <http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRC/Shared%20Documents/ISR/INT_CRC_COC_ISR_13827_E.pdf>. Acesso em 19 mar 2014

dados sobre Gaza e Cisjordânia, pois estes deveriam, segundo Israel, ser cobrados da Autoridade Palestina. A delegação lembra ao Comitê que o propósito destes relatórios é discutir *Israel* e menciona algumas mudanças na lei e no sistema legal desde quando o relatório foi submetido (junho de 2010) até a data da declaração (junho de 2013).³⁸⁹

Na *Introdução*, que é a Parte I das suas observações finais (CRC/C/ISR/CO/2-4), o Comitê declara que a insistência de Israel em não responder perguntas ou fornecer dados sobre os territórios ocupados afeta negativamente a qualidade dos ciclos de relatório e a implementação da Convenção, e pede para que Israel cumpra suas obrigações e garanta a implementação da Convenção também nos territórios ocupados.³⁹⁰

A Parte II é dedicada a enumerar e reconhecer progressos na implementação da Convenção. São citadas melhoras na lei e políticas institucionais de vários tipos, principalmente voltadas para a educação.³⁹¹ Estas melhoras foram citadas no CRC/C/ISR/2-4, CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1 e/ou na declaração dada por Israel.

Na Parte III são apontadas como dificuldades na implementação da Convenção a ocupação ilegal e duradoura da Palestina, a contínua construção de assentamentos ilegais, a construção de muros através do território palestino, a prática de confiscar terras e demolir casa, destruindo os meios de vida dos Palestinos, ações que geram e alimentam o ciclo de humilhação e violência. O Comitê pede para que Israel desocupe os territórios, acabe com os assentamentos e deixe de transferir sua própria população para dentro dos territórios ocupados.³⁹²

³⁸⁹ MANOR, Eviatar. Declaração de Israel para o Comitê para os Direitos da Criança, feito em 3 de junho de 2013. Disponível em <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fSTA%2fISR%2f13825&Lang=en>. Acesso em 19 mar 2014

³⁹⁰ CRC/C/ISR/CO/2-4, §3.

³⁹¹ CRC/C/ISR/CO/2-4, Part II - Follow-up measures undertaken and progress achieved by the State party. §§4-6

³⁹² CRC/C/ISR/CO/2-4, Part III - Factors and difficulties impeding the implementation of the Convention, §7.

Na parte IV, o Comitê passa a analisar as principais áreas de preocupação. Com relação às recomendações anteriores, feitas no primeiro ciclo de relatório, o Comitê lamenta que Israel continue se recusando em fornecer dados sobre os territórios que ocupa e pede que Israel atenda às recomendações feitas nas conclusões e observações finais do primeiro ciclo da Convenção e nas conclusões finais do primeiro ciclo no Protocolo Opcional sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, fazendo, em seguida, várias recomendações sobre a implementação da Convenção e direitos humanos básicos nos territórios ocupados. Além disso, o Comitê lamenta e pede mudanças quanto ao fato de que ONGs palestinas e internacionais de direitos humanos são tratadas como ameaça à segurança nacional e sujeitas a abuso por parte das Forças Armadas.³⁹³

O Comitê também indica mais transparência com relação aos fundos destinados à implementação da Convenção, e demonstra preocupação com a quantidade de fundos destinados à educação das crianças árabes em relação à quantidade destinada às judias e recomenda que o Estado faça esforços para garantir acesso à educação de qualidade a todos os israelenses, refugiados e pessoas buscando asilo.³⁹⁴ Chama atenção para a segregação em vários aspectos (sistema legal, instituições e escolas) e discriminação tanto de palestinos como de crianças árabes e beduínas dentro de Israel, e recomenda que o Estado seja mais ativo em acabar com a discriminação.³⁹⁵ A retirada de importantes acontecimentos e elementos histórico-culturais palestinos da grade de educação de livros didáticos de escolas públicas e privadas, assim como a alta militarização das escolas também são reprovados pelo Comitê.³⁹⁶

Os ataques e destruição infligidos nas escolas nos territórios ocupados também são alvo de crítica, assim como a restrição no movimento e o assédio de crianças à caminho da escola nos *checkpoints*, e o Comitê recomenda que Israel proteja crianças dos colonos e de abuso das forças militares, que cessem os

³⁹³ CRC/C/ISR/CO/2-4, §8, 9.

³⁹⁴ CRC/C/ISR/CO/2-4, §13, 14.

³⁹⁵ CRC/C/ISR/CO/2-4, §21, 22, 61, 62.

³⁹⁶ CRC/C/ISR/CO/2-4, §65, 66.

ataques a escolas e as burocracias desproporcionais que impedem o acesso de crianças às escolas e que tirem materiais de construção, principalmente cimento e barras de ferro da lista de itens proibidos, além de facilitar a construção de escolas temporárias.³⁹⁷

Quanto à definição de criança, o Comitê elogia o aumento da maioria nos territórios ocupados, mas reconhece e lamenta o fato de não ser aplicado na prática.³⁹⁸ Com relação ao direito à vida, o Comitê lamenta o número de crianças mortas ou feridas em ambos os lados do conflito, mas chama atenção para o fato de o número de crianças palestinas afetadas ser desproporcionalmente maior, tanto sofrendo violência das forças armadas quanto por causa do aumento de violência dos colonos e mais uma vez recomenda o fim da ocupação ilegal dos territórios palestinos.³⁹⁹

O Comitê condena a recusa de Israel em fornecer certidões de nascimento apropriadas a todas as crianças nascidas em Israel, independentemente da nacionalidade dos pais, de graça e com o nome de ambos os pais, direito garantido somente às crianças israelenses, sugere o fim da prática e que o registro de pessoas no território ocupado seja transferido à Autoridade Palestina.⁴⁰⁰

O Comitê considera profundamente negativo e lamentável os maus tratos destinados às crianças palestinas durante prisões, detenções e interrogatórios, e lembra o Estado de que sua responsabilidade quanto aos territórios ocupados é inegável e que não apenas estão violando artigos e preceitos da Convenção, como também o artigo 32 da Quarta Convenção de Genebra.⁴⁰¹ Ao longo do CRC/C/ISR/CO/2-4 são citadas outras violações à Quarta Convenção de Genebra.

Artigo 32º - As Altas Partes contratantes proibem-se expressamente qualquer medida que possa causar sofrimentos físicos ou o extermínio das pessoas protegidas em seu poder. Esta proibição não tem em vista apenas o assassinio, a tortura, os castigos corporais, as mutilações e as experiências médicas ou científicas que não forem necessárias para o tratamento médico de uma pessoa protegida,

³⁹⁷ CRC/C/ISR/CO/2-4, §63, 64.

³⁹⁸ CRC/C/ISR/CO/2-4, §19, 20.

³⁹⁹ CRC/C/ISR/CO/2-4, §25, 26,

⁴⁰⁰ CRC/C/ISR/CO/2-4, §29, 30.

⁴⁰¹ CRC/C/ISR/CO/2-4, §35, 36.

mas também todas as outras brutalidades, quer sejam praticadas por agentes civis ou militares.⁴⁰²

O fato de que as crianças de ambos os lados crescem num clima de insegurança causa muita intranquilidade no Comitê, principalmente com relação às crianças do território ocupado, não apenas por serem vítimas de bombardeios, mas também pelo impacto psicológico de ver seus familiares sofrerem abuso físico, verbal e humilhações, além dos danos resultantes de terem seus lares demolidos.⁴⁰³ Há também preocupação com o fato de que as restritivas leis de cidadania negam a muitas crianças o direito de crescerem com ambos os pais de forma pacífica, e recomenda que Israel anule medidas que impedem a reunificação da família.⁴⁰⁴

Com relação ao acesso à saúde, ainda que dê boas vindas aos programas sociais listados por Israel, o Comitê lastima a dificuldade no acesso a saúde pelas minorias de Israel, principalmente os beduínos e os israelenses etíopes, assim como a situação da saúde das crianças dos territórios ocupados, que piorou desde o último ciclo. O Comitê roga a Israel que garanta igualdade no acesso à tratamento médico a todos os seus cidadãos, e que cesse os ataques a hospitais nos territórios ocupados, permita a entrada de suprimentos médicos em Gaza, restaure o sistema de fornecimento de água, deteriorado pelo tempo e por ataques militares, que não puderam ser reparados por causa das limitações quanto à entrada de itens em Gaza, e que permita livre acesso de organizações humanitárias.⁴⁰⁵

A quantidade de pessoas vivendo abaixo ou próximas à linha de pobreza, tanto dentro de Israel quanto nos territórios ocupados aumentou desde o último relatório. Além disso, as restrições ao acesso à água limpa, demolição de casas, o bloqueio de itens para dentro de Gaza e a deterioração da economia palestina por causa de ataques aumentou o número de crianças subnutridas e doentes. O Comitê pede que Israel garanta o acesso à água limpa e potável à todos em Israel, com especial atenção aos beduínos de cidades não reconhecidas, e aos habitantes dos

⁴⁰² IV Convenção de Genebra. <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dih-conv-IV-12-08-1949.html>>. Acesso em 19 mar 204

⁴⁰³ CRC/C/ISR/CO/2-4, §43, 44.

⁴⁰⁴ CRC/C/ISR/CO/2-4, §49, 50.

⁴⁰⁵ CRC/C/ISR/CO/2-4, §53, 54

territórios ocupados da Palestina, além da devolução de terras confiscadas, o livre acesso de organizações humanitárias e também que Israel pare de agir de modo a piorar ainda mais a situação dos civis palestinos.⁴⁰⁶

O Comitê expressa preocupação quanto ao tratamento dispensado às crianças que entram ilegalmente no Estado, voluntariamente ou vítimas de tráfico de pessoas, assim como condena a maneira com que imigrantes e seus filhos são tratados e detidos e faz recomendações.⁴⁰⁷

Quanto ao envolvimento de crianças em conflitos armados, sendo usados como escudo e informantes pelas Forças Armadas de Israel, o Comitê expressa seu repúdio e objeção, e recomenda que o Estado interrompa imediatamente estas práticas e responsabilize os militares que violarem este direito básico. Há, ainda, preocupação com prisões aleatórias de crianças palestinas e como elas são tratadas no sistema penal militar, incluindo interrogatórios violentos e detenções injustificadamente longas e outras denúncias, como as apontadas pela *Defence For Children International – Palestine Section*.⁴⁰⁸

O Relatório se encerra com recomendações ao Estado para que assine outros tratados sobre direitos humanos, para que faça do relatório de Israel, lista de questões, sua resposta e as observações finais públicos e disponíveis em Israel, não só por internet, traduzidos para as línguas oficiais do país, que as recomendações do Comitê sejam passadas para o governo e implementadas. Há também uma recomendação para que, no próximo relatório, Israel se atenha ao limite de 60 páginas e direções para a elaboração de relatórios.⁴⁰⁹

Como era de se esperar, Israel não recebeu bem as críticas e recomendações do Comitê,⁴¹⁰ que mais uma vez mancharam a imagem de Israel perante o mundo. Além do debate sobre a aplicabilidade ou não da Convenção aos

⁴⁰⁶ CRC/C/ISR/CO/2-4, §57 a 60.

⁴⁰⁷ CRC/C/ISR/CO/2-4, §69, 70.

⁴⁰⁸ CRC/C/ISR/CO/2-4, §71 a 74,

⁴⁰⁹ CRC/C/ISR/CO/2-4

⁴¹⁰ GREENWOOD, Phoebe. Israel furious at UN report detailing torture of Palestinian children. *The Telegraph*, 21 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/10135157/Israel-furious-at-UN-report-detailing-torture-of-Palestinian-children.html>>. Acesso em 02 abr 2014

territórios ocupados, a resposta de Israel ao CRC/C/ISR/CO/2-4 parece buscar denegrir a imagem do Comitê com afirmações de que ele se baseou em fatos antigos, apenas reciclando conclusões, sem ter feito nenhuma pesquisa de campo e se baseando apenas em informações de terceiros, que o relatório tem apenas intenção de atrair atenção da mídia;⁴¹¹ que a acusação do Comitê de que Israel se recusou a fornecer informações é, nas palavras de Yigal Palmor, porta vós do Ministério de Relações Exteriores de Israel, “uma mentira atrevida e escandalosa”,⁴¹² e que o Comitê agia como se não fosse tomada nenhuma medida por Israel para evitar o uso de crianças palestinas como escudo, ao que Kirsten Sandberg, a experta da Noruega que preside o Comitê, respondeu que “o uso de crianças palestinas como escudo é feito com mais frequência do que eles reconheceram durante os diálogos. Eles dizem que se acontece, há sanção. Nós dizemos que não com a dureza necessária”⁴¹³

⁴¹¹ TROWBRIDGE, Alexander. U.N. report accuses Israeli forces of using Palestinian children as human shields, abusing children in custody. *CBS News*, 21 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/un-report-accuses-israeli-forces-of-using-palestinian-children-as-human-shields-abusing-children-in-custody/>>. Acesso em 02 abr 2014

⁴¹² GREENWOOD, Phoebe. Israel furious at UN report detailing torture of Palestinian children. *The Telegraph*, 21 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/10135157/Israel-furious-at-UN-report-detailing-torture-of-Palestinian-children.html>>. Acesso em 02 abr 2014

⁴¹³ No original “*It [uso de crianças palestinas como escudo] has been done more than they would recognize during the dialogue. They say if it happens it is sanctioned. We say it is not harsh enough*” NEBEHAY, Stephanie. Palestinian children tortured, used as shields by Israel: U.N. *Reuters*, 20 jun 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/06/20/us-palestinian-israel-children-idUSBRE95J0UJ20130620>>. Acesso em 2 abr 2014

CONCLUSÃO

A análise da situação das crianças no território ocupado da Palestina é muito difícil e delicada. O Estado de Israel ignora suas necessidades e se recusa a divulgar dados e, por vezes, permitir acesso de oficiais da ONU aos territórios. Entidades palestinas falam sobre um sistemático e gradual apagamento da identidade do povo que morava no local em que o sionismo escolheu como lar dos judeus, sob o contestável lema de “uma terra sem povo para um povo sem terra,” enquanto Israel afirma ser um país justo e igualitário. Ainda assim, os recorrentes relatos de ONGs, delegados da ONU e observadores internacionais torna impossível ignorar a violência que Israel nega, acusando de antissemitismo todos os que discordarem de suas ações, que percebe como de legítima defesa.

A ideia de Israel que os direitos humanos só são válidos se os humanos forem israelenses a menos que eles expressamente concordem em estendê-los aos palestinos dos territórios ocupados, apesar de sólido entendimento contrário dos órgãos e entidades internacionais, é, no mínimo, questionável e de defesa fraca. O Artigo segundo da Convenção sobre Direitos da Criança, que Israel assinou sem reservas, enuncia claramente que:

Artigo 2º: 1. Os Estados Partes respeitarão os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a **cada criança sujeita à sua jurisdição**, sem distinção alguma, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, crença, **opinião política** ou de outra índole, **origem nacional, étnica ou social**, posição econômica, deficiências físicas, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

Que a Palestina está sujeita à jurisdição de Israel é inegável: Israel controla as fronteiras, a entrada de bens e pessoas, julga e condena pessoas em seus tribunais militares, as penas sendo cumpridas dentro do próprio Estado de Israel, sem contar a quantidade de israelenses dentro dos territórios ocupados, vivendo nos assentamentos de colonos e sujeitos à legislação civil de Israel, além da desapropriação injustificada de terras e demolição de casas e outras práticas violadoras de direitos humanos.

Com base em todos os documentos analisados, a conclusão sobre a real situação das crianças palestinas nos territórios ocupados e dentro de Israel e seus

direitos é, no mínimo, deprimente. Israel garante para ambos somente o 1º,⁴¹⁴ violando direta ou indiretamente os artigos, além do 2º citado acima, da Parte I: 3,⁴¹⁵ 4,⁴¹⁶ 6,⁴¹⁷ 7,⁴¹⁸ 9,⁴¹⁹ 11,⁴²⁰ 12,⁴²¹ 16,⁴²² 19,⁴²³ 22,⁴²⁴ 23,⁴²⁵ 24,⁴²⁶ 26,⁴²⁷ 27,⁴²⁸ 28,⁴²⁹ 29,⁴³⁰ 30,⁴³¹ 36,⁴³² 37,⁴³³ 38,⁴³⁴ 39⁴³⁵ e 40.⁴³⁶ Há ainda violação aos artigos 10,⁴³⁷ 13,⁴³⁸ 14,⁴³⁹ 15.⁴⁴⁰ Estes oferecem exceção ao dever de garantir de forma irrestrita o direito que enunciam, caso sua satisfação afete a ordem ou segurança pública, mas estas exceções devem ser descritas de modo específico em lei, o que pode ser usado como defesa para sua não aplicação, ainda que em excesso.

A negligência de Israel em relação aos direitos humanos dos palestinos, de qualquer idade, inclusive, alimenta o ciclo de ódio e violência. O descaso com os direitos das crianças, contudo, é especialmente preocupante, considerando a vulnerabilidade física e psicológica da criança como pessoa em desenvolvimento.

⁴¹⁴ Sobre a definição de criança como ser humano com menos de 18 anos.

⁴¹⁵ Sobre levar em consideração o melhor interesse da criança.

⁴¹⁶ O Estado de se esforçar para garantir todos os direitos da Convenção

⁴¹⁷ Direito à vida digna e desenvolvimento

⁴¹⁸ Nome e nacionalidade, inclui o registro.

⁴¹⁹ Evitar a separação dos pais.

⁴²⁰ Deslocações e retenções ilícitas

⁴²¹ Liberdade de opinião da criança.

⁴²² Proteção da vida privada.

⁴²³ Sobre maus tratos e negligência.

⁴²⁴ Sobre crianças refugiadas e sua proteção.

⁴²⁵ Cuidado especial de crianças deficientes.

⁴²⁶ Sobre direito ao melhor estado de saúde possível.

⁴²⁷ Direito à segurança social.

⁴²⁸ Direito à um nível de vida suficiente para garantir seu desenvolvimento físico e mental

⁴²⁹ Direito à educação.

⁴³⁰ Sobre os objetivos da educação, que inclui, entre outros, respeito pela identidade cultural, língua e costumes do seu país, do país onde vive e de outras civilizações.

⁴³¹ Respeito à cultura, língua e religião de minorias em um Estado.

⁴³² Proteção contra formas de exploração.

⁴³³ Sobre tortura e privação de liberdade, confinamento solitário e separação por idade.

⁴³⁴ Sobre envolvimento em conflito armado, e a proteção de todas as afetadas pelo conflito.

⁴³⁵ Sobre recuperação psicológica e reinserção social de crianças vítimas de conflitos armados e outros abusos.

⁴³⁶ Sobre a administração da justiça à crianças.

⁴³⁷ Sobre a entrada e saída de países, pela criança e seus pais, com fim de manter relações pessoais com ambos os pais residentes em Estados diferentes.

⁴³⁸ Sobre liberdade de expressão.

⁴³⁹ Sobre liberdade de professar a própria religião.

⁴⁴⁰ Sobre liberdade de associação

Outra conclusão que se pode tirar deste episódio é a sobre a eficiência da ONU e seus sistemas de proteção de Direitos Humanos. Apesar de não conseguir punir diretamente Israel e por isso aparentar ser ineficiente, o Comitê desempenha um papel fundamental na aplicação de pressão internacional sobre Israel. Os ciclos de relatórios e as conclusões do Comitê dão publicidade aos problemas enfrentados pelas crianças da Palestina, tornando impossível que sejam ignorados pela comunidade internacional, ainda que o sejam por Israel. Os povos e indivíduos podem, cientes dos acontecimentos, exigir um posicionamento de seu governos e estes, por sua vez, podem fazer pressão política para buscar a resolução de conflito.

Além disso, a ratificação de um tratado, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, cria para o Estado a expectativa de que honre seus compromissos na formulação de legislação interna, visando garantir a aplicação do tratado, que pode, então, ser usado como fundamento para pedidos legais de proteção aos direitos das crianças, pelo menos dentro de Israel.

REFERÊNCIAS

A Educação Espartana – Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiag/a-educacao-espartana.htm>>. Acesso em: 08 set 13

Adalah. *Adalah NGO Report to the UN Committee on the Rights of the Child: The Rights of Palestinian Arab Children in Israel*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13813&Lang=en>. Acesso em: 16 mar 2014.

Adalah – The legal Center for Arab Minority Rights in Israel. Site Disponível em: <<http://adalah.org/eng/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Al Mezan Centre For Human Rights. Site Disponível em: <<http://www.mezan.org/en/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Al Mezan Centre for Human Rights. *Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13814&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014.

ANDRADE, Anderson Pereira. *A convenção sobre os Direitos da Criança em seu Décimo Aniversário: Avanços, Efetividade e Desafios*. Revista da Fundação Escola Superior do Ministérios Público do Distrito Federal e Territórios. Brasília, ano 8, V. 15. Janeiro/junho 2000.

AMIN, Andrea Rodrigues. *Curso de Direito da Criança e do Adolescente*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007

ARAGÃO, Maria José. *Israel X Palestina: Origens, história e atualidade do conflito*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

AZANBUJA, Maria Regina Fay de. *Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança?* Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1022/802>>. Acesso em: 09 set 2013.

BANK, Richard; GUTIN, Julie. *O livro completo sobre a história e legado dos judeus: de abraão ao sionismo, tudo o que você precisa saber para compreender os principais acontecimentos, personagens e locais*. Trad. Julia Vidili. São Paulo: Madras, 2004.

BARD, Dr. Mitchell G. *Israeli Arabs: Status of Arabs in Israel*. Disponível em <http://www.jewishvirtuallibrary.org/jsource/Society_&_Culture/arabstat.html>. Acesso em: 13 mar 2014

BAROUD, Ramzy. *The Second Palestinian Intifada: A Chronicle of a People's Struggle*. Londres: Pluto Press, 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014.

BEM-AMI, Shlomo. *Scars of War, Wounds of Peace: The Israeli-Arab Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014.

BETSWORTH, Sharon. *The Reign of God is Such as These: A Socio-Literary Analysis of Daughters in the Gospel of Mark*. Londres: Continuum, 2010. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

BISHARA, Marwan. *Palestina/Israel: A Paz ou o Apartheid*. Tradução de Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2003

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008.

BRASIL. *Decreto Nº 17.943-A 1927*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm>. Acesso em: 11 set 2013

_____. *Lei Nº 6.697 de 1979*. Disponível em <http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_infancia_juventude/legislacao_geral/leg_geral_federal/LEI_6697_79.HTM>. Acesso em: 11 set 2013

Camp David Accords. In: *Encyclopædia Britannica Online*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/91061/Camp-David-Accords>>. Acesso em: 03 abr 2014.

CHIA, Roland. *The Ethics of Human Organ Trading*. Singapura: Genesis Books e National Council of Churches of Singapore, 2009. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

Child Soldiers International. Site Disponível em: <<http://www.child-soldiers.org/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Child Soldiers International. Report to the Committee on the Rights of the Child in advance of Israel's second periodic report under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://www.child-soldiers.org/research_report_reader.php?id=548>. Acesso em: 19 mar 2014.

Committee on the Rights of the Child. Consideration of reports submitted by States parties under article 8 of the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict: Concluding observations: Israel (CRC/C/OPAC/ISR/CO/1). Disponível em <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC%2fC%2fOPAC%2fISR%2fCO%2f1&Lang=en>. Acesso em: 16 mar 2014

_____. Consideration of Reports Submitted by States Parties under article 44 of the Convention – Concluding observations: Israel (CRC/C/15/Add.195). 31ª sessão. 22 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDHFBj24%2faZANRuzOG6itkIQgnHQVejqTHzwzuJSe%2fDdj7hAV0T61AIOlkgp%2bNWJnPilG7zrmBUxRdJqt2OJBAB7>>. Acesso em: 10 mar 2014

_____. Consideration of the reports submitted by States parties under article 44 of the Convention; Combined second, third and fourth periodic reports of States parties due in 2008; Israel (CRC/C/ISR/2-4). Disponível em:

<http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CR%2fC%2fISR%2f2-4&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014

_____. List of issues to be taken up in connection with the consideration of the combined second, third and fourth periodic reports of Israel, adopted by the Committee at its pre-sessional working group for the sixty-second and sixty-third sessions (CRC/C/ISR/Q/2-4). Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CR%2fC%2fISR%2fQ%2f2-4&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014.

_____. List of issues to be taken up in connection with the consideration of the combined second, third and fourth periodic reports of Israel (CRC/C/ISR/2-4) – Addendum: Written replies of Israel* (CRC/C/ISR/Q/2-4/Add.1). Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CR%2fC%2fISR%2fQ%2f2-4%2fAdd.1&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014.

_____. Treaty-specific guidelines regarding the form and content of periodic reports to be submitted by States parties under article 44, paragraph 1 (b), of the Convention on the Rights of the Child (CRC/C/58/Rev.2). Disponível em: <<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsr1ZWeb%2bRuDNd9qD0ICL6imZxXDYJKScXq%2byQUuYuPxbrvklk%2f4o%2bqYdzFH1oxi6TKUv%2brZb7xclQll6Ew1f4j2cf0ZEWKOOt9Er5F81ifQY>>. Acesso em: 13 mar 2014.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Natureza e implementação do novo Direito da Criança e do Adolescente*. In: PEREIRA, Tânia da Silva (Coord). *Estatuto da Criança e do Adolescente*, Lei nº 8.069/90: estudos sócio-jurídicos. Rio de Janeiro: Renovar, 1992

Defence for Children International. Site Disponível em: <<https://www.defenceforchildren.org/>>. Acesso em: 16 mar 201

Defence for Children International – Palestine Section. Alternative Report for Consideration Regarding Israel's Second Periodic Report to the UN Committee on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13818&Lang=en>. Acesso em: 19 mar 2014.

DEMANT, Peter. *Identidades Israelenses e Palestinas: Questões Ideológicas*. In: DUPAS, Gilberto(org), VIGEVANI, Túlio (org.). *Israel-Palestina: A construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002

DETRICK, Sharon. *A commentary on the United Nations Convention on the rights of the Child*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1999. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

DONNER, Robert. *História de Israel e dos povos vizinhos*. Trad. Cláudio Molz e Hans Trein. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis, Vozes, 1997. V. 2.

DUMPER, Michael. *Palestinian Refugee Repatriation: Global perspectives*. Abingdon: Routledge, 2006. p.4. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/221980-Palestinian-Refugee-Repatriation-Global-perspectives-2006-Edited-by-Michael-Dumper/>>. Acesso em: 03 abr 2014.

DURANT, Will. *A História da Civilização*. Tradução: Mamede de Sousa Freitas. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record:1995. V.1.

Fatah. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/202423/Fatah>>. Acesso em: 03 abr 2014

FONSECA, Antônio César Lima. *Direitos da Criança e do Adolescente*. São Paulo: Atlas, 2011

FREEMAN, Michael. Article 3: The Best Interest of the Child. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2007. Disponível em <http://books.google.com.br/books?id=QQwTL6Jrd-gC&dq=FREEMAN,+Michael.+Article+3:+The+Best+Interest+of+the+Child.&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 04 abr 2014

Gabinete de Documentação e Direito Comparado. *Direitos Humanos | Órgãos das Nações Unidas de Controlo da Aplicação dos Tratados em Matéria de Direitos Humanos: Comité dos Direitos da Criança*. Disponível em:

<<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-dir-criancas-novo.html>>. Acesso em: 13 nov 2013

GAWRYCH, George W. Urban Operations: An Historical Casebook. "Siege of Beirut". Disponível em: <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2002/MOUTGawrych.htm>>. Acesso em 02 abr 2014.

Gisha: Legal Center for Freedom of Movement, uma ONG israelense que busca promover o direito de ir e vir dos palestinos, especialmente os residentes de Gaza. Site Disponível em: <<http://gisha.org/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Gisha e HaMoked. Procedure separating parents from children in the occupied Palestinian territory: Submitted for consideration together with Israel's 2nd Periodic Report on implementation of the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13820&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014.

Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. Site Disponível em: <<http://www.endcorporalpunishment.org/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children. *Briefing on Israel for the Committee on the Rights of the Child, professional working group*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13819&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014

GOODARZI, Jubin M. Syria and Iran: Diplomatic Alliance and Power Politics in the Middle East. Londres: Tauris Academic Studies, 2006. Disponível em <<http://books.google.co.uk/books?id=Co6YXWrepvYC&pg=PA61#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 014 abr 2014

Grande Enciclopédia Barsa. 3ª edição. São Paulo: Barsa Planeta Internacional Ltda, 2004.

GREENWOOD, Phoebe. Israel furious at UN report detailing torture of Palestinian children. *The Telegraph*. Tel Aviv: 21 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/israel/10135157/Israel-furious-at-UN-report-detailing-torture-of-Palestinian-children.html>>. Acesso em: 02 abr 2014

Hamās. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/253202/Hamas>>. Acesso em: 03 abr 2014.

HaMoked. Site Disponível em: <<http://www.hamoked.org/home.aspx>>. Acesso em: 16 mar 2014

HANISCH, Marvin. *The Stolen Generations*. Munique: GRIN Verlag, 2011. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

HIGGINS, Andrew. How Israel Helped to Spawn Hamas. The Wall Street Journal Online. Disponível em: <<http://online.wsj.com/news/articles/SB123275572295011847>>. Acesso em: 02 nov 2013

HILLS, Ken. *As Guerras Árabe-Israelenses*. Tradução de Jayme Brener. São Paulo: Editora Ática, 1998

HILTERMANN, Joost R. *Behind the Intifada: Labor and Women's Movements in the Occupied Territories*. Princeton: Princeton University Press, 1993. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

Hotline for Refugees and Migrants. Site Disponível em: <<http://hotline.org.il/>>. Acesso em: 16 mar 2014

Hotline for Migrant Workers. *Written submission: pre-session of the 2nd periodic review – Committee of the right of the Child*. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13822&Lang=en>. Acesso em: 13 mar 2014

IBFAN – International Baby Food Action Network. Site disponível em: <<http://www.ibfan.org/>>. Acesso em: 16 mar 2014

International Disability Alliance. Site Disponível em: <<http://www.internationaldisabilityalliance.org/en>>. Acesso em: 16 mar 2014.

Israel. In: Encyclopædia Britannica. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/296740/Israel/23114/Cultural-institutions>>. Acesso em: 03 abr 2014.

Israel Chronology (Time line) 1993 to Present Day. Zionism-Israel. Disponível em: <http://www.zionism-israel.com/his/Israel_timeline_1993_present.htm>. Acesso em: 03 nov 2013.

ISSACHAROFF, Avi. Levinson, Chaim. Settlers remember gunman Goldstein; Hebron riots continue. Haaretz. Disponível em: <<http://www.haaretz.com/print-edition/news/settlers-remember-gunman-goldstein-hebron-riots-continue-1.263834>>. Acesso em: 02 nov 2013.

JAGUARIBE, Hélio. *Um estudo crítico da História*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001. V. 1.

Jewish Virtual Library, Disponível em: < <http://www.jewishvirtuallibrary.org/>>, Acesso em: 02 nov 2013.

Jordan: From 1973 to the INTIFĀDAH. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/306128/Jordan/23335/From-1973-to-the-intifadah>>. Acesso em: 03 abr 2014.

JÚNIOR, João Paulo Roberti. Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. *Revista da Unifebe* (Online) 2012; 10(jan/jun):105-122. Disponível em: <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20121/artigo025.pdf>> Acesso em: 09 set 2013.

KHALIDI, Rashid Ismail. Palestine. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/>>. Acesso em: 03 abr 2014

KROITORU, Maya. Arabs in Israel – A minority in a Jewish State. Disponível em: <http://www.myjewishlearning.com/israel/Contemporary_Life/Society_and_Religious_Issues/Arab-Israelis.shtml>. Acesso em: 13 mar 2014

Le Monde Diplomatique. Speech by Yasser Arafat. Disponível em: <<http://www.monde-diplomatique.fr/cahier/proche-orient/arafat74-en>>. Acesso em: 04 abr 2014

LEVINSON, David. *Encyclopedia of Crime and Punishment*. Nova York: Sage Publications, 2002. V. 1. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

LLOYD, Christopher. *O que Aconteceu na Terra?* A história do planeta, da vida & das civilizações, do big bang, até hoje. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

LUZ, Dr. Wirlande da. A doutrina da Proteção Integral à criança. Disponível em: <http://www.crmrr.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=21021:a-doutrina-de-protecao-integral-a-crianca&catid=46:artigos>. Acesso em: 13 set 2013.

MALLEY, Robert. Fictions About the Failure At Camp David. The New York Times Online. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/07/08/opinion/fictions-about-the-failure-at-camp-david.html?pagewanted=all&src=pm>>. Acesso em: 03 nov 2013.

MATTAR, Philip. *Encyclopedia of the Palestinians*, Revised Edition. Nova Iorque: Infobase Publishing, 2005. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

MOLINARI, Fernanda. *Parto Anônimo: Uma origem na obscuridade frente aos Direitos Fundamentais da Criança*. Rio de Janeiro: GZ Ed., 2010.

MÔNACO, Gustavo Ferraz de Campos. O Décimo-Quinto Aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança – Contributo para o Aprofundamento e Implementação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Revista dos Tribunais*. Ano 94. Janeiro de 2005. Volume 831.

NEBEHAY, Stephanie. Palestinian children tortured, used as shields by Israel: U.N. *Reuters*, Genebra, 20 jun 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/06/20/us-palestinian-israel-children-idUSBRE95J0UJ20130620>>. Acesso em 2 abr 2014

NETANYAHU, Benjamin. *A Durable Peace: Israel and its Place Among the Nations*. Nova York: Hachette Book Group, 2009. Disponível em: <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

NYSPCC - New York Society for the Prevention of Cruelty to Children. Disponível em: <<http://www.nyspcc.org>>. Acesso em 27 out 2013

O Extermínio dos Deficientes. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/outreach/ptbr/article.php?ModuleId=10007683>>. Acesso em: 03 nov 2013

Office of the High Commissioner for Human Rights. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/Pages/HumanRightsBodies.aspx>>. Acesso em: 03 nov 2013

Office of the High Commissioner for Human Rights: Reporting status for Israel. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/countries.aspx?CountryCode=ISR&Lang=EN>. Acesso em: 10 mar 2014

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *A Fugidia base territorial do Estado Palestino*. In: DUPAS, Gilberto(org), VIGEVANI, Túlio (org.). *Israel-Palestina: A construção da Paz vista de uma Perspectiva Global*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Organização das Nações Unidas. *Carta das Nações Unidas*. Disponível em: <<http://treaties.un.org/doc/Publication/CTC/uncharter.pdf>>. Acesso em: 13 nov 2013.

_____. Concluding Observations of the Committee on Economic, Social and Cultural Rights—Israel, E/C.12/ISR/CO/3, § 20. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/cescr/docs/co/E-C-12-ISR-CO-3_en.doc>. Acesso em: 18 mar 2014

_____. Concluding Observations of the Committee for the Elimination of Discrimination Against Women—Israel, CEDAW/C/ISR/CO/5, §24. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cedaw/docs/co/CEDAW-C-ISR-CO-5.pdf>>. Acesso em: 18 mar 2014.

_____. Concluding Observations of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination—Israel, CERD/C/ISR/CO/14-16, §18. Disponível em: <<http://www2.ohchr.org/english/bodies/cerd/docs/CERD.C.ISR.CO.14-16.pdf>>. Acesso em: 18 mar 2014.

_____. Concluding Observations of the Human Rights Committee—Israel, CCPR/C/ISR/CO/3, §15. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/51410EBD25FCE78F85257770007194A>>. Acesso em: 18 mar 2014.

_____. *Declaração de Durban e Programa de Ação*. Disponível em: <<http://www.un.org/WCAR/durban.pdf>>. Acesso em: 15 mar 2014

_____. Declaração universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declaração-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 13 set 2013

_____. Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos da Criança, disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP, <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Criança/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 08 set 2013

_____. *Report of the United Nations Fact Finding Mission on the Gaza Conflict* (A/HRC/12/48). Disponível em: <<http://unispal.un.org/unispal.nsf/0/25184e52d3e5cdba8525763200532e73?OpenDocument>>. Acesso em: 16 mar 14.

_____. Resolução 242/67. Disponível em:
[<http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/242\(1967\)>](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/242(1967)). Acesso em 23 mar 2014

_____. Resolução 50/155. Disponível em:
[<http://www.un.org/documents/ga/res/50/ares50-155.htm>](http://www.un.org/documents/ga/res/50/ares50-155.htm). Acesso em: 13 set 2013

_____. Resolução 67/19 da Assembléia Geral da ONU. Disponível em:
[<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/19862D03C564FA2C85257ACB004EE69B>](http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/19862D03C564FA2C85257ACB004EE69B). Acesso em: 03 nov 2013

_____. Resolução da Assembléia Geral da ONU: 3237 (XXIX) Observer status for the Palestine Liberation Organization. Disponível em
[<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/512BAA69B5A32794852560DE0054B9B2>](http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/512BAA69B5A32794852560DE0054B9B2). Acesso em: 04 abr 2014

Organização dos Estados Americanos. Site oficial Disponível em:
[<http://www.oas.org/>](http://www.oas.org/). Acesso em: 13 nov 2013

Palestine: The Arab-Israeli war of 1967 and its consequences. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em:
[<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45087/The-Arab-Israeli-war-of-1967-and-its-consequencesr>](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45087/The-Arab-Israeli-war-of-1967-and-its-consequencesr). Acesso em 03 abr 2014

Palestine: The Camp David accords and the PLO. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em:
[<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45097/The-Camp-David-Accords-and-the-PLO>](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45097/The-Camp-David-Accords-and-the-PLO). Acesso em: 03 abr 2014.

Palestine: The PLO's rise as a Revolutionary Force. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em:
[<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45089/The-PLOs-rise-as-a-revolutionary-force>](http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45089/The-PLOs-rise-as-a-revolutionary-force). Acesso em 03 abr 2014
 Palestinian Centre for Human Rights. Site Disponível em: [<http://www.pchrgaza.org/portal/en/>](http://www.pchrgaza.org/portal/en/). Acesso em: 16 mar 2014

Palestine: The PLO's struggle for Palestinian Autonomy. In: Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/439645/Palestine/45090/The-PLOs-struggle-for-Palestinian-autonomy#toc235414>>. Acesso em: 03 abr 2014.

Palestinian Centre for Human Rights. Submission to the 62-63rd Session of the Committee on the Rights of the Child: Report of Israel under the Convention on the Rights of the Child. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=INT%2fCRC%2fNGO%2fISR%2f13816&Lang=en>. Acesso em: 19 mar 2014.

PETEET, Julia M. The Palestinian refugees in the post-war period in Lebanon. *Le Monde Diplomatique English Version*. Dec 1997. Disponível em <<http://mondediplo.com/focus/mideast/region-lebanon-refugee>>. Acesso em 04 abr 2014.

PORTOCARRERO, Nilza Pereira da Silva. *Breve História de Israel: de Abraão a Camp David*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1978.

POSTMAN, Neil. *O Desaparecimento da Infância*. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999

REICH, Bernard. *A Brief History of Israel*. 2. Ed. Nova York: Infobase Publishing, 2008. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

ROTHSTEIN, Robert L. *After the Peace: Resistance and Reconciliation*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1999. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

SHAPIRA, Anita. *Israel: A history*. Londres: Hachette, 2014. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

SHINDLER, Colin. *A History of Modern Israel*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013. p. 179, 180. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=U_ukZhiBzykC&dq=history+of+israel&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em: 03 abr 2014

SICHERMAN, Harvey. Yitzhak Rabin: An Appreciation. *Peacefacts*. v. 2, n. 3. Novembro 1995. *Foreign Policy Research Institute*. Disponível em: <<http://www.fpri.org/peacefacts/023.199511.sicherman.rabinappreciation.html>>. Acesso em: 02 nov 2013.

SILVA, Aida Susmare. *Direitos da Personalidade – Direito à Identidade: a autonomia jurídica sobre o direito ao nome, sob o viés constitucional civilista*. Disponível em: <http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/Direitos_da_personalidade.pdf>. Acesso em: 13 set 2013

SIMS, Barbara. PRESTON, Pamela. *Handbook of Juvenile Justice: Theory and Practice*. Boca Raton: CRC Press, 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

Six-Day War. In: *Encyclopædia Britannica Online*. Disponível em: <<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/850855/Six-Day-War>>. Acesso em: 03 abr 2014

Sociedade das Nações. Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança. Disponível em: <<http://cedic.iec.uminho.pt/legislacao/leis/declidircri1923.htm>>. Acesso em: 11 set 2013

THORGEIRSDÓTTIR, Herdís. *Article 13: The Right to Freedom of Expression*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

TROWBRIDGE, Alexander. U.N. report accuses Israeli forces of using Palestinian children as human shields, abusing children in custody. *CBS News*, 21 Jun 2013. Disponível em: <<http://www.cbsnews.com/news/un-report-accuses-israeli-forces-of-using-palestinian-children-as-human-shields-abusing-children-in-custody/>>. Acesso em: 02 abr 2014

VERHEYDE, Mieke. Goedertier, Geert. *Articles 43-45: The UN Committee on the Rights of the Child*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2006. Disponível em <<http://books.google.com.br/>>. Acesso em 04 abr 2014

VILAS-BÔAS, Renata Malta. Compreendendo a criança como sujeito de direito: a evolução histórica de um pensamento. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11583#_ftn1>.

VILELA, Mauriney Eduardo. *Irmãos-Inimigos: Judeus e Palestinos Lutam por Jerusalém*. São Paulo: iEditora, 2002.

United Nations Treaty Collection. Disponível em: <<http://treaties.un.org/>> Acesso em: 09 set 2013

United States Bureau of Citizenship and Immigration Services, *Palestine/Occupied Territories: Information on passports issued by the Palestine National Authority*, 17 December 1998, PAL99001.ZCH. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3df0b9914.html>>. Acesso em: 16 mar 2014.

UNRWA. *About UNRWA*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/sites/default/files/2012091861555.pdf>>. Acesso em 03 abr 2014 YAZBEK, Mustafa. *Palestinos em Busca da Pátria*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *Frequently Asked Questions*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/who-we-are/frequently-asked-questions>>. Acesso em: 03 abr 2014

_____. *Replacing tents with fabricated shelters*. Disponível em: <<http://www.unrwa.org/content/replacing-tents-fabricated-shelters>>. Acesso em: 03 abr 2014

ZIEMELE, Ineta. *Article 7: The Right to Birth Registration, Name and Nationality and the Right to Know and be Cared for by Parents*. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2007. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=MQPyQNiC3QEC&dq=ZIEMELE,+Ineta.+Article+7:+The+Right+to+Birth+Registration,+Name+and+Nationality+and+the+Right+to+Know+and+be+Cared+for+by+Parents&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s>. Acesso em 04 abr 2014

ANEXO A - Dominação do Oriente Médio através da História

Fonte: Maps of War. Disponível em: < <http://www.mapsofwar.com/ind/imperial-history.html>>. Acesso em 27 out 2013



















